

REVISANDO INSS

QUESTÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIO

ATENÇÃO:

Não deixar de adquirir

REVISANDO INSS QUESTÕES DE PROVAS CESPE

**Questões organizadas por assunto abrangendo todas as
disciplinas conforme edital CESPE 2022**

Copyright© 2019 – DIN.CE Edições Técnicas.

©Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610/98.

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio, sem autorização expressa e por escrito dos autores e da editora.

Revisando INSS - Técnico - 37p

| | |
|--|---|
| Capa: Irisena | Editoração Gráfica: Gabriel |
| Diagramação: Irisena | Acabamento: Toião |
| Ilustração: Irisena | Revisão: Autores |
| Impressão: Gráfica DIN.CE | Supervisão editorial: Vanques de Melo |

NOTA DA EDITORA:

As informações e opiniões apresentadas nesta apostila são de inteira responsabilidade dos autores e/ou organizadores das respectivas matérias.

A Editora DIN.CE se responsabiliza apenas pelos vícios do produto no que se refere à sua edição, considerando a impressão e apresentação. Vícios de atualização, revisão ou opiniões são de responsabilidade do(s) autor(res) ou organizador(res), respondendo este(s) pelas sanções previstas na lei.

ATENÇÃO!!

Possíveis alterações e correções deste material estarão disponíveis no site: www.editoradeince.com.br

ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR:

Dúvidas, reclamações e sugestões:

(85) 3231.6298 / **9.8632.4802 (WhatsApp)**

din.ce@hotmail.com



Rua Barão do Rio Branco, 1620 - Centro

CEP: 60.025-060 - Fortaleza - Ceará

PREZADO(A) CONCURSANDO(A),

Você está adquirindo um produto **elaborado por professores que atuam em cursinhos preparatório nas respectivas áreas**, portanto, confiável e de procedência. Todavia, por se tratar de apostila, é um material resumindo, porém, de significativa importância. No entanto, sugerimos, como forma de melhor preparo, a leitura de outras fontes tais como livros específicos, resumos e exercícios. Nosso objetivo é prepara-lo(a) para uma aprovação.

Consulte o **site** www.editoradince.com.br onde serão disponibilizadas possíveis correções ou atualizações deste material.

No mais, desejamos boa sorte e que Deus lhe abençoe.

Fale conosco: din.ce@hotmail.com / publicvendas@hotmail.com

Ou ainda: (85) 3231.6298 / **9.8632.4802 (WhatsApp)**

NOSSOS PROFESSORES

| | |
|----------------------------|----------------------------------|
| Prof. Adeildo Oliveira | Prof. Neto Fontenele |
| Prof. Augusto Sá | Prof. Oscar Queiroz |
| Prof. Augusto César | Prof. Pedro Israel |
| Prof. Brando | Prof. Rafael Gama |
| Prof. Brito Martins | Profª. Renata Ventura |
| Prof. Janilson Santos | Profª. Raíssa Vasconcelos Chaves |
| Prof. Joanielson Jr. | Prof. Tarcísio Bessa |
| Prof. João P. Cláudio | Prof. Valdeci Cunha |
| Profª. Lúcia Sena | Prof. Walber Siqueira |
| Prof. Martiniano Rodrigues | Prof. Xavier Teixeira |

Tens tu fé? Tem-na em ti mesmo diante de Deus. Bem-aventurado aquele que não se condena a si mesmo naquilo que aprova. (Romanos 14)

Bem aventura o homem que não anda segundo o caminho dos ímpios, nem se detém no caminho dos pecadores, nem se assenta na roda dos escarnecedores.

Antes tem o seu prazer na lei do SENHOR, e na sua lei medita de dia e de noite. (Salmo, 1.2 e 2)

Por isso vos digo que todas as coisas que pedires, orando, crede receber e tê-las-ei (Marcos, 11.24)

REVISANDO INSS / CESPE

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

| | |
|------------------------------|----|
| Direito Previdenciário | 1 |
| Prova INSS/2012 | 25 |

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

ATENÇÃO:

As questões a seguir, por serem de provas passadas, algumas podem não estarem conforme as alterações recentes, porém são de suma importância, visto que dão uma ideia geral de como a banca costuma cobrar a disciplina nas provas.

- 01. (Serpro/CESPE/2013) Consideram-se como acidentes do trabalho as ocorrências imprevistas e indesejáveis, instantâneas ou não, oriundas do seu exercício e que resultem ou possam resultar em lesão pessoal.**

Comentários:

De acordo com o art. 19 da lei nº 8.213, de 1991, art. 19: Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Considerando o perfil profissiográfico previdenciário (PPF), o nexa técnico epidemiológico previdenciário (NTEP), o fator acidentário de prevenção (FAP) e o risco de acidente do trabalho (RAT), julgue os itens de 0 a 06. (Serpro/CESPE/2013)

- 02. A indicação de NTEP embasa-se em estudos científicos alinhados com fundamentos de estatística e de epidemiologia, o que o torna uma importante ferramenta para auxiliar a medicina pericial em análises sobre a natureza da incapacidade ao trabalho.**

Comentários:

De acordo com o art. 21-A da Lei nº 8.212, de 1991, a perícia médica do INSS considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexa técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças - CID, em conformidade com o que dispuser o regulamento.

O anexo II do Regulamento da Previdência possui três listas. A primeira estabelece uma relação entre agentes patogênicos e as atividades econômicas. A segunda lista relaciona os agentes patogênicos com as doenças por eles causadas. Na terceira lista, o anexo relaciona as atividades e as doenças. Assim, por exemplo, a primeira lista relaciona o trabalho com cimento à ocorrência de conjuntivite. Em seguida, são relacionadas as atividades onde o trabalhador entra em contato com cimento. Por fim, estabelece-se o nexa técnico entre as atividades na qual o trabalhador entra em contato com o cimento e a conjuntivite.

Por força deste nexa, no momento em que um empregado de uma fábrica de cimento, por exemplo, requerer à Previdência um benefício de auxílio-doença motivado por uma conjuntivite, haverá a presunção de que aquela conjuntivite originou-se do trabalho e, em consequência,

aquele afastamento será considerado decorrente de uma doença do trabalho, equiparada pela legislação ao acidente do trabalho.

Claro que a presunção acima será relativa. A empresa na qual o segurado trabalha poderá requerer ao INSS a não aplicação do NTEP, mediante a demonstração da inexistência de nexa causal entre a doença e o trabalho. Este requerimento deverá ser efetuado dentro do prazo de quinze dias, contados a partir da data em que a empresa entrega a GFIP na qual informa o afastamento do trabalhador. No exemplo dado, para afastar a classificação da doença como uma doença do trabalho, a empresa deveria comprovar que a conjuntivite não foi adquirida pelo segurado no trabalho.

- 03. O FAP consiste em um multiplicador, que varia de 0,5 a 2 pontos, a ser aplicado às alíquotas de 1%, 2% ou 3% da tarificação coletiva por subclasse econômica, incidentes sobre a folha de salários das empresas para custear aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho.**

Comentários:

As alíquotas da contribuição da empresa para o SAT/RAT serão reduzidas em até cinquenta por cento ou aumentadas em até cem por cento, em razão do desempenho da empresa em relação à sua respectiva atividade, aferido pelo Fator Acidentário de Prevenção – FAP.

O FAP consiste num multiplicador variável num intervalo contínuo de cinquenta centésimos (0,5000) a dois inteiros (2,0000), desprezando-se as demais casas decimais, a ser aplicado sobre a alíquota de SAT/RAT devida pela empresa.

Vejam este exemplo: Suponha que o FAP da construtora João de Barro Ltda. seja de 1,4900. A atividade preponderante da empresa é a construção de edificações, a qual, de acordo com a relação das atividades preponderantes e seus correspondentes graus de risco, constante do anexo V do Regulamento da Previdência, possui grau de risco grave. A alíquota de SAT/RAT aplicável à empresa, portanto, seria de 3%. Multiplicando-se esta alíquota pelo FAP (3% x 1,4900), encontramos o percentual de 4,47%. Esta será, portanto, a alíquota de SAT/RAT efetivamente devida pela empresa.

- 04. O PPF é traçado a partir do cruzamento de informações constantes do código de classificação internacional de doenças e do código de classificação nacional de atividade econômica, que indica a existência de uma relação entre a lesão ou agravo apresentado pelo trabalhador e a atividade por ele desenvolvida.**

Comentários:

O Perfil Profissiográfico Previdenciário é o documento histórico-laboral do trabalhador, elaborado pela empresa segundo modelo instituído pelo Instituto Nacional do Seguro Social, que, entre outras informações, deve conter registros ambientais, resultados de monitoração biológica e dados administrativos.

A empresa deverá elaborar e manter atualizado perfil profissiográfico previdenciário, abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e fornecer a este, quando da rescisão do contrato de trabalho ou do desligamento do cooperado, cópia autêntica deste documento, sob pena de multa.

O Perfil Profissiográfico Previdenciário deve ser elaborado pela empresa com base no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT e serve para

comprovar a efetiva exposição do trabalhador aos agentes nocivos ensejadores do direito à aposentadoria especial.

05. A base de cálculo do FAP varia anualmente e inclui os três últimos anos de todo o histórico de acidentalidade e de registros acidentários da previdência social, por empresa.

COMENTÁRIOS:

Para o cálculo anual do FAP, serão utilizados os dados de janeiro a dezembro de cada ano, até completar o período de dois anos, a partir do qual os dados do ano inicial

06. A alíquota de contribuição para o RAT deve ser de 1%, caso a atividade seja de risco mínimo, de 2%, caso seja de risco médio, e de 3%, caso seja de risco grave, incidentes sobre o total da remuneração paga, devida ou creditada a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos.

Comentários:

A contribuição da empresa destinada ao financiamento da aposentadoria especial e dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho é vulgarmente conhecida como a contribuição da empresa para o SAT/RAT – Seguro de Acidentes do Trabalho, ou contribuição da empresa para o GILRAT, ou simplesmente RAT.

Trata-se de contribuição devida pela empresa e que tem dupla finalidade: o financiamento da aposentadoria especial e o financiamento dos benefícios decorrentes de acidentes do trabalho, conhecidos como benefícios acidentários.

Esta contribuição tem por base a remuneração paga, devida ou creditada ao longo do mês aos segurados empregados e trabalhadores avulsos a serviço da empresa. As alíquotas serão de 1, 2 ou 3%, a depender do grau de risco de acidente do trabalho associado à atividade preponderante da empresa.

07 O RAT representa a contribuição da empresa, consistindo na medição em percentual do risco da atividade econômica, com base no qual é cobrada a contribuição para financiar os benefícios previdenciários decorrentes do grau de incidência de incapacidade laborativa.

Comentários:

O Anexo V do Regulamento da Previdência contém a relação das atividades preponderantes e seus correspondentes graus de risco. A referida tabela contempla todas as atividades econômicas. Assim, é possível afirmar que toda empresa que remunerar empregados ou trabalhadores avulsos será obrigada a recolher contribuições para o SAT/RAT.

Por mais simples e não sujeita a riscos que seja a atividade da empresa, ela estará enquadrada na referida tabela, no mínimo com grau de risco leve.

Gabarito: 01/D; 02/C; 03/C; 04/E; 05/E; 06/C; 07/C

BANCAS DIVERSAS

1 Seguridade Social. 1.1 Origem e evolução legislativa no Brasil. 1.2 Conceituação. 1.3 Organização e princípios constitucionais.

1. (2015/FCC/MANAUSPREV Procurador Autárquico) Considere as proposições sobre seguridade social:

- I. O sistema da seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusivamente pública destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à saúde social.
- II. A assistência social terá caráter universalizante e será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social.
- III. O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios previdenciários pagos não pode ser reduzido, salvo em caso de ocorrer deflação que gere índice negativo de correção monetária.
- IV. A Constituição Federal garante a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais como objetivo da seguridade social.
- V. A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II, III e V.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) II, IV e V.
- e) I e IV.

2. (2015 /FCC Órgão: MANAUSPREV -Procurador Autárquico) Nos termos da legislação que institui e regulamenta o Plano de Custeio da Seguridade Social no Brasil, sobre salário de contribuição, é INCORRETO afirmar:

- a) As importâncias recebidas a título de férias indenizadas com o respectivo adicional constitucional, inclusive o valor da dobra da remuneração de férias, prevista no art. 137, da CLT não integram o salário de contribuição do empregado urbano.
- b) O salário de contribuição do contribuinte individual é a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observados os limites mínimo e máximo previstos no decreto regulamentador.
- c) O valor de diárias para viagem não excedentes de 50% da remuneração mensal, a parcela recebida a título de vale- transporte na forma da lei própria e a participação nos lucros e resultados da empresa integram o salário de contribuição do empregado urbano.
- d) O salário de contribuição para o empregado doméstico é a remuneração registrada em Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as normas a serem estabelecidas em regulamento para comprovação de vínculo empregatício e os limites mínimo e máximo da remuneração.
- e) O salário-maternidade é considerado salário de contribuição, assim como a gratificação natalina integra o salário de contribuição da empregada

urbana, exceto para o cálculo do salário de benefício.

3. (2015 /FCC Órgão: MANAUSPREV) Procurador Autárquico)

A gestão da seguridade social conforme previsão constitucional será realizada de forma

- centralizada nos municípios, monocrática e tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo.
- descentralizada, colegiada e bipartite, com participação dos poderes públicos e do empresariado.
- descentralizada, colegiada e quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo.
- descentralizada, monocrática e tripartite, com participação dos poderes públicos, dos empregadores e dos trabalhadores.
- centralizada na União, colegiada e quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo.

4. 2015 /FCC Órgão: TRT - 6ª Região (PE) Juiz do Trabalho Substituto) Os princípios constituem os mandamentos basilares de um sistema jurídico, ou seja, a maneira pela qual se opera determinado ramo do Direito. Diante disso, entre os princípios e diretrizes da Seguridade Social, considere:

- Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e irredutibilidade do valor dos benefícios.
- Igualdade na forma de participação no custeio e da base de financiamento.
- A universalidade da cobertura e do atendimento e a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

Está correto o que consta APENAS em

- III e IV.
- I, II e IV.
- I e IV.
- II e III.
- I, III e IV.

5. (2014 /FCC Órgão: TCE-GO/Analista de Controle Externo) Decorre do princípio constitucional da equidade na forma de participação no custeio, a atual previsão legal de contribuições sociais de seguridade

- dos segurados do regime geral em alíquotas iguais, independentemente do nível remuneratório.
- de todos os usuários do Sistema Único de Saúde que tenham comprovada capacidade contributiva.
- dos pensionistas e inativos dos Estados, qualquer que seja o valor das pensões e aposentadorias.
- sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social.

- das empresas em alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão da utilização intensiva de mão de obra.

6. (2014 /FCC Órgão: TRT - 16ª REGIÃO (MA) Prova: Analista Judiciário) Terá direito ao recebimento de um salário mínimo mensal, conforme dispuser a lei,

- a pessoa com deficiência e o idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que contribuam à seguridade social
- a pessoa com deficiência e o idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, independentemente de contribuição à seguridade social.
- apenas a pessoa com deficiência, que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que contribua à seguridade social.
- apenas o idoso, que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que contribua à seguridade social.
- apenas a pessoa com deficiência, que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção, mesmo que sua família possa provê-la, independentemente de contribuição à seguridade social.

7. (2014 /FCC Órgão: TRT - 16ª REGIÃO (MA) Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador) Fernanda, pessoa com deficiência de acordo com a legislação competente, necessita que o Estado promova a sua reabilitação e integração à vida comunitária. Dessa forma, será a ela prestada a assistência social

- desde que tenha sido primeiramente concedido o auxílio-doença.
- independentemente de contribuição à seguridade social.
- desde que tenha sido primeiramente concedida a aposentadoria por invalidez.
- desde que tenha sido respeitada a carência de 12 (doze) contribuições mensais
- desde que tenha sido respeitada a carência de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais.

8. (2014 /FCC Órgão: TRT - 18ª Região (GO) Juiz do Trabalho) A concessão de benefício, ainda que não conste prova do pagamento de contribuições previdenciárias, é possível no Regime Geral de Previdência Social, em relação a segurados empregados e contribuintes individuais prestadores de serviço a pessoas jurídicas, baseado no princípio da

- equidade na forma de participação no custeio.
- alteridade de custeio.
- automaticidade das prestações.
- contrapartida.
- diversidade na base de custeio.

9. (2014 /FCC Órgão: TRT - 18ª Região (GO) Juiz do Trabalho) Sinfrônio, jovem com 13 anos de idade, em situação de hipossuficiência econômica,

Georgino com 35 anos, empresário bem sucedido no ramo imobiliário. De acordo com os destinatários da proteção social dentro do sistema público de seguridade social brasileiro, é correto afirmar que

- a) Sinfrônio e Georgino podem participar como segurados do subsistema de previdência social.
- b) Georgino e Sinfrônio estão atualmente alcançados pelo subsistema de assistência social.
- c) Sinfrônio e Georgino podem participar do subsistema de saúde.
- d) Georgino pode ser hoje destinatário dos programas de saúde e assistência social.
- e) Georgino pode participar apenas do subsistema de saúde.

10. (2014 /FCC Órgão: TCE-PI/Assessor Jurídico) Conforme previsão contida na Constituição Federal, compete ao Poder Público organizar a Seguridade Social alicerçado no seguinte princípio ou objetivo:

- a) irredutibilidade do valor dos serviços e do custeio.
- b) diversidade dos benefícios às populações urbanas e rurais.
- c) centralismo administrativo.
- d) seletividade no atendimento.
- e) diversidade da base de financiamento.

11. (2014 /FCC Órgão: TRT - 2ª R (SP) Analista Judiciário - Área Judiciária) As ações e serviços públicos de saúde constituem um sistema único, organizado de acordo com diretrizes determinadas. Dentre elas, está

- a) o caráter contributivo e de filiação obrigatória.
- b) a promoção da integração ao mercado de trabalho.
- c) a centralização, com direção única no Governo Federal.
- d) a observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- e) o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas.

12. (2013 /FCC Órgão: TRT - 1ª R/ (RJ) Juiz do Trabalho Substituto) Segundo o princípio constitucional da contrapartida, nenhum benefício ou serviço da seguridade social pode ser;

- a) aumentado ou diminuído sem a correspondente majoração ou redução, remissão ou anistia quanto às fontes de custeio.
- b) suprimido ou diminuído enquanto não atingida a universalidade do bem-estar e justiça sociais.
- c) criado, majorado ou estendido sem a previsão de contribuição pelo beneficiário.
- d) criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- e) criado, majorado ou estendido sem a previsão de contribuição pelos beneficiários e respectivos empregadores, empresas ou pessoas a ela equiparadas.

13. (2015 /FCC Órgão: MANAUSPREV/ Procurador Autárquico) Segundo as normas que regulamentam o custeio da seguridade social, é correto afirmar:

- a) Haverá contribuição social do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada sobre a

folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos à pessoa física que tenha vínculo empregatício, não incidindo sobre os valores pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço sem vínculo de emprego.

- b) O produtor, parceiro e meeiro rural, o pescador artesanal, desde que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção, excluídos os seus cônjuges e o arrendatário rural.
- c) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União relativo à sua cota, parte de financiamento da seguridade.
- d) Não há previsão legal para a contribuição social para o custeio da seguridade social para o importador de bens ou serviços do exterior.
- e) Conforme princípio constitucional da contrapartida nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

14. (2015/FCC/MANAUSPREV/Procurador Autárquico) Considere:

- I. A empresa é obrigada a arrecadar a contribuição do segurado empregado, descontando-a da respectiva remuneração, não tendo a mesma obrigação em relação ao trabalhador avulso e ao contribuinte individual a seu serviço.
- II. O empregador doméstico está obrigado a arrecadar a contribuição do segurado empregado a seu serviço e a recolhê-la, assim como a parcela a seu cargo, até o dia quinze do mês seguinte ao da competência.
- III. Nenhuma contribuição à seguridade social é devida se a construção residencial unifamiliar, destinada ao uso próprio, de tipo econômico, for executada sem mão de obra assalariada, observadas as exigências do regulamento.
- IV. Os administradores de autarquias e fundações públicas, criadas e mantidas pelo Poder Público, de empresas públicas e de sociedades de economia mista sujeitas ao controle da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, que se encontrarem em mora, por mais de 90 dias, no recolhimento das contribuições previstas nesta Lei, tornam-se subsidiariamente responsáveis pelo respectivo pagamento.
- V. As empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, solidariamente, pelas obrigações previdenciárias decorrentes da Lei no 8.212/91.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III, IV e V.
- b) I, II e V.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e V.

15. (2015 /FCC Órgão: MANAUSPREV/ Procurador Autárquico) A Constituição Federal dispõe que são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que

atendam às exigências estabelecidas em lei, EXCETO

- a) não receber os seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.
- b) manter em boa ordem, e à disposição da Secretaria da Receita Federal do Brasil, pelo prazo de 10 anos, contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações que impliquem modificação da situação patrimonial.
- c) não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.
- d) aplicar 50% de suas rendas, seus recursos e eventual superávit no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.
- e) apresentar certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do FGTS.

16. (2014 /FCC Órgão: TRT - 24ª R (MS) Juiz do Trabalho Substituto) A respeito do custeio da seguridade social, é correto afirmar que

- a) os aposentados do regime geral que retornam à atividade não podem sofrer desconto de contribuições previdenciárias, por serem imunes.
- b) as contribuições pessoais dos segurados podem ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão de a atividade desempenhada ser mais ou menos agressiva à saúde ou à integridade física.
- c) as pessoas físicas e jurídicas em débito com o sistema da seguridade social não podem contratar com o Poder Público.
- d) as contribuições sociais de seguridade só podem ser exigidas no exercício financeiro seguinte e desde que já decorridos 90 dias da data da publicação da lei que as houver instituído
- e) a proposta de orçamento da seguridade será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis por saúde, previdência social e assistência social, em vista das metas e prioridades fixadas na lei de diretrizes orçamentárias.

17. (2014 /FCC/TCE-PI/Auditor Fiscal de Controle Externo) Considerando-se que princípio é a base que irá informar e inspirar as normas jurídicas, a Constituição Federal do Brasil elenca um rol de princípios ou objetivos que orientam a organização da seguridade social. A ampla distribuição de benefícios sociais ao maior número de necessitados está consagrada no princípio constitucional

- a) da primazia da realidade social.
- b) da seletividade e distributividade na prestação dos serviços e benefícios.
- c) da segurança jurídica e contributiva.
- d) da irredutibilidade do valor dos benefícios.
- e) do caráter democrático e descentralizado da administração.

18. (FCC - 2012 - INSS - Técnico do Seguro Social) A Seguridade Social encontra-se inserida no título da Ordem Social da Constituição Federal e tem entre seus objetivos:

- a) promover políticas sociais que visem à redução da doença.
- b) uniformizar o atendimento nacional.
- c) universalizar o atendimento da população.
- d) melhorar o atendimento da população.
- e) promover o desenvolvimento regional.

19. (FCC - 2012 - INSS - Técnico do Seguro Social) Entre as fontes de financiamento da Seguridade Social encontra-se

- a) o imposto de renda.
- b) o imposto sobre circulação de mercadorias.
- c) a contribuição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- d) a contribuição social sobre a folha de salários.
- e) a contribuição de melhoria.

2. **Legislação Previdenciária. 2.1 Conteúdo, fontes, autonomia. 2.3 Aplicação das normas previdenciárias. 2.3.1 Vigência, hierarquia, interpretação e integração.**

20. (FCC - 2012 - INSS - Técnico do Seguro Social) O INSS, autarquia federal, resultou da fusão das seguintes autarquias:

- a) INAMPS e SINPAS.
- b) IAPAS e INPS.
- c) FUNABEM e CEME.
- d) DATAPREV e LBA.
- e) IAPAS e INAMPS.

21. (FCC - 2012 - INSS - Técnico do Seguro Social) Em relação às fontes do direito previdenciário:

- a) o memorando é fonte primária.
- b) a orientação normativa é fonte primária.
- c) a instrução normativa é fonte secundária.
- d) a lei delegada é fonte secundária.
- e) a medida provisória é fonte secundária.

22. (FCC - 2012 - INSS - Técnico do Seguro Social) A interpretação da legislação previdenciária deve observar

- a) o costume, quando mais favorável ao segurado.
- b) a Jurisprudência do Juizado Especial Federal.
- c) a analogia, quando mais favorável ao segurado.
- d) os princípios gerais de direito, na omissão legislativa.
- e) o princípio do in dúbio pro societate em qualquer situação.

23. (2013 /FCC Órgão: TRT - 5ª R (BA) Analista Judiciário - Área Judiciária) Considere as afirmações:

- I. No âmbito do Direito Previdenciário, as expressões "seguridade social" e "assistência social" são sinônimas puras, revelando sistemas idênticos, que são universalizados, contributivos e contam com a participação obrigatória da União, de empregadores e empregados.

II. Em Direito Previdenciário, torna-se possível a solução de controvérsias mediante aplicação da equidade, de que é exemplo a concessão de salário-maternidade para o segurado homem que, em relação homoafetiva, adota criança.

III. As normas internacionais entre organismos estrangeiros e o Brasil, tais como tratados, acordos ou convenções, quando versem sobre matéria previdenciária, devem ser interpretados como lei especial, nos termos do artigo 85-A, da Lei nº 8212/1991.

IV. Previdência Social engloba um conceito amplo, universal, sendo em verdade o gênero da qual são espécies a assistência social, a saúde e a seguridade social.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) I, III e IV.

24. (2012 /FCC Órgão: TRF - 5ª R/Analista Judiciário - Área Judiciária) Considerando as normas constitucionais que tratam do financiamento da Seguridade Social, os benefícios ou os serviços que são por ela prestados poderão ser criados, majorados ou estendidos

- a) sem que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total.
- b) desde que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total.
- c) desde que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total, apenas para os benefícios e os serviços prestados pela previdência social.
- d) sem que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total, exceto para os serviços de assistência à saúde, cuja criação, majoração ou extensão dependem da previsão de fonte de custeio total.
- e) desde que haja a previsão da correspondente fonte de custeio total, apenas para os benefícios e serviços prestados pela assistência social.

25. 2012 /FCC Órgão: TRT - 6ª R(PE) Analista Judiciário - Área Judiciária) Analisando-se as normas constitucionais relativas à inativação e pensões dos servidores públicos civis da União é INCORRETO afirmar:

- a) serão aposentados compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- b) serão aposentados voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas condições quanto à idade mínima ou tempo de contribuição.
- c) por meio de lei complementar poderá ser estabelecida forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- d) os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

e) o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

26. 2014 /CESPE Órgão: Câmara dos Deputados Prova: Analista Legislativo) Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue o item que se segue.

Ao se utilizar do método de interpretação teleológico o intérprete busca compatibilizar o texto legal a ser interpretado com as demais normas que compõem o ordenamento jurídico, visualizando a lei objeto de interpretação como parte de um todo.

Certo Errado

3 Regime Geral de Previdência Social. 3.1 Segurados obrigatórios, 3.2 Filiação e inscrição.

3.3 Conceito, características e abrangência: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial. 3.4 Segurado facultativo: conceito, características, filiação e inscrição. 3.5 Trabalhadores excluídos do Regime Geral.

27. 2015 /FCC Órgão: MANAUSPREV Prova: Procurador Autárquico

Não havendo direito adquirido, é permitida a cumulação dos seguintes benefícios da Previdência Social:

- a) Mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.
- b) Auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez.
- c) Salário-maternidade e auxílio-doença.
- d) Seguro desemprego e auxílio-acidente.
- e) Aposentadoria especial e auxílio-doença.

28. (FUNRIO - 2014 - INSS - Analista – Direito) Com relação ao Regime da Previdência Social, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) serão devidamente atualizados, na forma de portaria ministerial, todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício.
- b) será disciplinada por Lei Complementar a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.
- c) é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- d) é assegurada, para efeito de aposentadoria, a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em portaria ministerial.
- e) não serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária os ganhos habituais do empregado, a qualquer título.

29. (2014/INSS/FUNRIO/Analista - Tecnologia da Informação) Considera-se segurado obrigatório da Previdência Social, nos termos da Lei 8213/91,

- a) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
- b) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil não é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.
- c) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, com relação de emprego.
- d) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde mesmo que vinculado a regime próprio de previdência social.
- e) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter eventual, sem subordinação e mediante remuneração, exceto como diretor empregado.

30. (2014 /FUNRIO/INSS Analista - Tecnologia da Informação) A quem compete, nos termos da Lei n. 8213/91, gerar estatísticas sobre o total de empregados e sobre as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados?

- a) Ministério da Saúde;
- b) Ministério da Previdência Social;
- c) Serviço Nacional da Indústria;
- d) Confederação Nacional da Indústria;
- e) Ministério do Trabalho e Emprego.

31. 2015 /FCC Órgão: TCM-GO Prova: Auditor Controle Externo – Jurídica) Considere:

- I. Servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com autarquia Federal.
- II. Servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com Fundação Pública Federal.
- III. Exercente de mandato eletivo estadual não vinculado a regime próprio de previdência social.
- IV. Estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.

De acordo com a Lei nº 8.212/1991 são segurados obrigatórios da Previdência Social como empregado os indicados em

- a) I, II e IV, apenas.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

32. 2015 /FCC Órgão: TRT - 6ª Região (PE) Prova: Juiz do Trabalho Substituto) Com exceção da existência de direito adquirido, NÃO é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:

- I. Aposentadoria e abono de permanência em serviço.
- II. Salário-maternidade e auxílio-doença.

III. Mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

IV. Seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto pensão por morte ou auxílio-acidente.

Tendo por fundamento o substrato acima, está correto o que consta em

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) III e IV, apenas.
- d) IV, apenas.
- e) I e II, apenas.

33. 2014 /FCC Órgão: TRF - 4ª REGIÃO Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária) Alfredo, Ministro de Estado e Álvaro, Secretário Municipal são considerados em relação à Previdência Social, servidores públicos.

- a) empregados e segurados facultativos da Previdência Social e da Previdência Complementar.
- b) não empregados e segurados não obrigatórios da Previdência Social.
- c) não empregados, ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com o Estado e com o Município, respectivamente, e segurados não obrigatórios da Previdência Social.
- d) não empregados ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com o Estado e com o Município, respectivamente, e segurados da Previdência Complementar, obrigatoriamente.
- e) empregados e segurados obrigatórios da Previdência Social.

34. 2014 /FCC Órgão: TRT - 16ª REGIÃO (MA) Prova: Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador) Patrícia é professora universitária em uma instituição privada no estado do Maranhão. Casada há cinco anos com Gustavo, após diversas tentativas, finalmente conseguiu engravidar. A proteção à maternidade da gestante Patrícia, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, será atendida, nos termos da lei, pela

- a) assistência social, organizada sob a forma de regime geral, independentemente de filiação e de contribuição à seguridade social.
- b) previdência social, organizada sob a forma de regime especial próprio de servidores públicos, de caráter contributivo e de filiação facultativa.
- c) previdência social, organizada sob a forma de regime geral, independentemente de filiação e de contribuição à seguridade social.
- d) previdência social, organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória.
- e) previdência social, organizada sob a forma de regime especial próprio de servidores públicos, independentemente de filiação e de contribuição à seguridade social.

35. (2014 /FCC Órgão: Prefeitura de Cuiabá – MT Prova: Procurador Municipal) Considere os seguintes itens:

- I. benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor não supere o do menor

benefício de prestação continuada da Previdência Social;

- II. exercício de mandato eletivo de dirigente sindical de organização da categoria de trabalhadores rurais;
- III. exercício de mandato de vereador do Município em que desenvolve a atividade rural ou de dirigente de cooperativa rural constituída, exclusivamente, por segurados especiais;
- IV. atividade artesanal desenvolvida com matéria-prima produzida pelo respectivo grupo familiar, podendo ser utilizada matéria-prima de outra origem, desde que a renda mensal obtida na atividade não exceda ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.

Não é segurado especial da Previdência Social o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, EXCETO se decorrente de:

- a) III e IV, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

36. (FCC - 2012 - INSS - Técnico do Seguro Social) Maria é advogada, empregada de uma empresa desde 1990 e, a caminho do Fórum, bateu seu automóvel por cruzar o farol vermelho, sofrendo ferimentos que se agravaram em razão de Maria ser portadora de diabetes e a incapacitaram para suas atividades habituais, por mais de 15 (quinze) dias.

Nessa situação, Maria

- a) não terá direito a receber benefício acidentário, em razão de o acidente não ter ocorrido no local de trabalho.
- b) não terá direito a benefício acidentário em razão de a incapacidade decorrer da diabetes.
- c) receberá aposentadoria por invalidez acidentária.
- d) não receberá benefício acidentário por estar dirigindo veículo próprio e não da empresa.
- e) receberá auxílio-doença acidentário.

4 Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário.

37. 2014/IADES Órgão: FUNPRESP-EXE/Assistente Administrativo) De acordo com os respectivos patrocinadores ou instituidores, além daquelas que possam ser definidas pelo órgão regulador e fiscalizador, as entidades fechadas podem ser qualificadas de que forma?

- a) Singulares, quando congregarem mais de um patrocinador ou instituidor.
- b) Multipatrocinadas, quando estiverem vinculadas a apenas um patrocinador ou instituidor.
- c) Singulares, quando estiverem vinculadas a apenas um patrocinador ou instituidor.
- d) Coletivas, quando congregarem mais de um patrocinador ou instituidor.
- e) Simples, quando estiverem vinculadas a apenas um patrocinador ou instituidor.

38. (2013 /CESPE Órgão: TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) Analista Judiciário – Contabilidade) Julgue os itens que se seguem, acerca das **Instruções Normativas**

n. o 971/2009 e n. o 1.234/2012, ambas da Receita Federal do Brasil.

Para os fins de cumprimento das obrigações previdenciárias, equiparam-se a empresa a cooperativa e a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, salvo o condomínio e a fundação sem fins lucrativos.

Certo Errado

39. (2012 /TRT 21R (RN) TRT - 21ª R/Juiz do Trabalho) Analise as assertivas abaixo e assinale, a seguir, a alternativa correta:

I - são consideradas como acidente do trabalho, recebendo mesmo tratamento legal, as seguintes entidades mórbidas: a doença produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da relação elaborada pelo Ministério da Previdência Social; a doença adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente e constante da relação elaborada pelo Ministério da Previdência Social; a doença degenerativa que produza incapacidade laborativa;

II - são segurados facultativos o maior de dezesseis anos de idade, a dona de casa, o brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviço no exterior, o estagiário regular, e o trabalhador avulso, entre outros;

III - o empregado doméstico fará jus ao seguro desemprego desde que esteja inscrito no FGTS e tenha trabalhado como doméstico por um período mínimo de 15 meses nos últimos 24 meses anteriores à dispensa imotivada;

IV - as empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, solidariamente, pelas obrigações relativas à arrecadação e o recolhimento das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social.

- a) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas;
- b) apenas as assertivas II e IV estão corretas;
- c) apenas as assertivas III e IV estão corretas;
- d) apenas as assertivas II e III estão corretas;
- e) apenas as assertivas I e III estão corretas.

40. 2010 /CESPE Órgão: DPU Prova: Defensor Público) Para fins previdenciários, a principal diferença entre empresa e empregador doméstico é que a primeira se caracteriza por exercer atividade exclusivamente com fins lucrativos, e o segundo, não.

Certo Errado

41. (2010 /CESPE Órgão: TRE-BA Prova: Analista Judiciário – Contabilidade) Julgue os itens seguintes, acerca da INSRP n.º 3/2005, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à previdência social.

Considera-se empregadora a entidade familiar que admite empregado doméstico a seu serviço, com ou sem finalidade lucrativa.

Certo Errado

42. FUNRIO - 2014 - INSS - Analista – Direito) Equipara-se a acidente de trabalho, para fins da Lei n. 6367/76A)

- a) o ocorrido em viagem a serviço da empresa, seja qual for o meio de locomoção utilizado, exceto veículo de propriedade do empregado;
- b) o acidente sofrido pelo empregado ainda que fora do local e horário de trabalho;
- c) a doença profissional ou do trabalho, assim entendida a inerente ou peculiar a determinado ramo de atividade e constante de relação organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
- d) o acidente somente ligado ao trabalho que tenha tido causa única, haja contribuído diretamente para a morte, perda ou redução da capacidade para o trabalho;
- e) o ocorrido nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, quando o empregado não será considerado a serviço da empresa.

43. (2012 Tribunal de Contas Estadual - ES (TCE/ES) Auditor (CESPE)) Com relação às contribuições sociais destinadas à seguridade social e aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), julgue os itens a seguir. Cabe ao empregador doméstico recolher, junto com a parcela por ele devida, a parcela da contribuição previdenciária devida por segurado que seja seu empregado doméstico.

Certo Errado

5 Financiamento da Seguridade Social. 5.1 Receitas da União. 5.2 Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, sobre a receita de concursos de prognósticos, receitas de outras fontes. 5.3 Salário-de-contribuição. 5.3.1 Conceito. 5.3.2 Parcelas integrantes e parcelas não-integrantes. 5.3.3 Limites mínimo e máximo. 5.3.4 Proporcionalidade. 5.3.5 Reajustamento. 5.4 Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social. 5.4.1 Competência do INSS e da Secretaria da Receita Federal do Brasil. 5.4.2 Obrigações da empresa e demais contribuintes. 5.4.3 Prazo de recolhimento. 5.4.4 Recolhimento fora do prazo: juros, multa e atualização monetária.

44. 2015 /FCC Órgão: MANAUSPREV Prova: Procurador Autárquico

A Constituição Federal estipula que as contribuições sociais previstas no inciso I do seu artigo 195, relativas ao empregador, à empresa e entidade a ela equiparada, não podem ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão de

- a) sustentabilidade ecológica.
- b) condição estrutural do mercado de trabalho.
- c) atividade econômica.
- d) utilização intensiva de mão de obra.
- e) porte da empresa.

45. 2015 /FCC Órgão: MANAUSPREV /Procurador Autárquico) A seguridade social será financiada

mediante recursos provenientes dos poderes públicos e de algumas contribuições sociais de particulares. Sobre estas últimas, após a criação por lei, somente poderão ser exigidas:

- a) após decorridos 45 dias.
- b) após decorridos 90 dias.
- c) após decorridos 120 dias.
- d) no dia seguinte da sua criação.
- e) no exercício financeiro seguinte ao ano da criação.

46. (2015 /FCC Órgão: TCM-GO / Procurador do Ministério Público de Contas) O leilão X de bens apreendidos pelo Departamento da Receita Federal teve o resultado de R\$ 800.000,00. Neste caso,

- a) R\$ 560.000,00 do resultado constituirá receita da Seguridade Social
- b) R\$ 80.000,00 do resultado constituirá receita da Seguridade Social.
- c) R\$ 400.000,00 do resultado constituirá receita da Seguridade Social.
- d) R\$ 320.000,00 do resultado constituirá receita da Seguridade Social.
- e) não há receita da Seguridade Social uma vez que o leilão foi realizado pelo Departamento da Receita Federal.

47. 2015 /FCC Órgão: TRT - 6ª Região (PE) Juiz do Trabalho Substituto) NÃO fazem parte da composição das receitas do orçamento da Seguridade Social, no âmbito federal, as receitas

- a) provenientes da venda de terras confiscadas pela União pelo plantio de plantas psicotrópicas.
- b) de contribuições sociais provenientes dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição.
- c) da União.
- d) de contribuições sociais provenientes dos empregadores domésticos.
- e) de contribuições sociais das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço.

48. 2014 /FCC Órgão: TCE-PI/Auditor Fiscal de Controle Externo) Em relação ao financiamento da seguridade social previsto na Constituição Federal do Brasil, é INCORRETO afirmar:

- a) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- b) São isentas da contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendem às exigências estabelecidas em lei.
- c) É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais do empregador sobre a folha de salários e do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.
- d) As contribuições do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar fazem parte da base de financiamento da seguridade social.

e) As contribuições sociais do empregador sobre folha de salários, receita ou lucro não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão de obra.

49. 2014 /FCC Órgão: Prefeitura de Cuiabá – MT Prova: Procurador Municipal) É INCORRETO afirmar em relação ao Plano de Custeio da Seguridade Social:

- a) A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social é de 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços normativa.
- b) A contribuição do empregado doméstico destinada à Seguridade Social é de 9% (nove por cento) calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição mensal.
- c) A contribuição do empregador doméstico é de 12% (doze por cento) do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço.
- d) Caberá à entidade promotora do espetáculo a responsabilidade de efetuar o desconto de 5% (cinco por cento) da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos e o respectivo recolhimento, no prazo de até dois dias úteis após a realização do evento.
- e) A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será de 20% (vinte por cento) sobre o respectivo salário-de-contribuição.

50. 2013/FCC Órgão: TRT - 1ª REGIÃO (RJ) Prova: Juiz do Trabalho Substituto

Entre outros, pode optar por receber menor cobertura do regime geral de previdência social (mediante exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição), pagando menor quantidade (alíquota inferior ao nível normal de 20%, a incidir sobre base de cálculo de um salário mínimo) de contribuição previdenciária mensal:

- a) Contribuinte individual enquadrado como microempreendedor individual, nos termos da legislação do SIMPLES Nacional, e o segurado facultativo.
- b) Segurado empregado que pertença a família de baixa renda, assim considerada simplesmente aquela cuja renda mensal seja de até um salário mínimo.
- c) Empregada doméstica que pertença a família de baixa renda, assim considerada aquela inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, cuja renda mensal seja de até dois salários mínimos.
- d) Empregada doméstica que pertença a família de baixa renda, assim considerada simplesmente aquela cuja renda mensal seja de até um salário mínimo.
- e) Contribuinte individual que trabalhe para cooperativa ou empresa, auferindo rendimentos mensais inferiores a dois salários mínimos.

51. 2013 /FCC Órgão: TRT - 15ª R/Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador) Relativamente ao custeio da seguridade social, na execução da dívida ativa da União, suas autarquias e fundações, a

penhora dos bens indicados pelo exequente será efetivada

- a) após o decurso do prazo de até cinco dias para o executado pagar ou garantir o juízo.
- b) após o decurso do prazo de até oito dias para o executado pagar ou garantir o juízo.
- c) após o decurso do prazo de até quinze dias para o executado pagar ou garantir o juízo.
- d) concomitantemente com a citação inicial do devedor.
- e) simultaneamente à mera expedição do despacho inicial do Juiz que deferir a inicial.

52. 2013 /FCC Órgão: TRT - 15ª Região Prova: Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador) Relativamente ao custeio da seguridade social, nas execuções fiscais da dívida ativa, se não houver licitante no primeiro e no segundo leilões judiciais, o INSS ou a União:

- a) poderão adjudicar o bem penhorado por 50% do valor da avaliação.
- b) poderão adjudicar o bem penhorado pelo valor da avaliação.
- c) poderão adjudicar o bem penhorado por 2/3 do valor da avaliação.
- d) deverão adjudicar o bem penhorado, se, por decisão fundamentada do Juízo, for ele de difícil venda e puder ser utilizado pelo credor.
- e) ficarão como fiéis depositários do bem penhorado, realizando a respectiva remoção, até que o negocie administrativamente por qualquer valor, excetuado o vil.

6 Decadência e prescrição.

53. (2014 /FCC Órgão: TRT - 1ª REGIÃO (RJ) Juiz do Trabalho Substituto) Isis recebe benefício previdenciário constituído por renda mensal desde abril de 2010. Entretanto, efetuada uma perícia contábil particular, que considerou os valores de contribuição da base de cálculo do benefício, ficou constatado que o cálculo da renda mensal inicial está equivocado. Isis ingressou com petição junto ao INSS, requerendo a revisão do valor inicial do benefício, pedido esse que foi administrativamente negado em todas as instâncias. Nesse caso, é

- a) de cinco anos o prazo prescricional para toda medida judicial do segurado para revisão do ato de concessão do benefício, a contar do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.
- b) decadencial ou prescricional de dez anos o prazo para o direito de ajuizar ação postulando revisão do cálculo inicial do benefício, contado do dia imediato ao recebimento da primeira prestação, vez que não há interrupção ou suspensão do prazo por via administrativa.
- c) de dez anos o prazo de decadência de qualquer direito ou ação do segurado para a revisão do ato de concessão do benefício, a contar do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.
- d) de dez anos o prazo prescricional para ajuizar ação visando à revisão da concessão do benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao recebimento da primeira prestação.

e) de cinco anos o prazo de decadência de qualquer direito ou ação do segurado para a revisão do ato de concessão do benefício, a contar do dia do recebimento da primeira prestação.

54. (2015 /FCC Órgão: MANAUSPREV Prova: Procurador Autárquico) Em relação aos institutos da prescrição e decadência relativas à contribuição da seguridade social é INCORRETO afirmar:

- a) As ações para haver prestações vencidas, restituições ou diferenças, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, salvo o direito dos menores, incapazes ou ausentes na forma do Código Civil, prescrevem em 5 anos.
- b) O direito da Previdência Social para anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários prescreve em 5 anos contados da data em que foram praticados, ainda que comprovada má-fé.
- c) A prescrição definida como a extinção de uma ação ajuizável em virtude da inércia de seu titular durante certo lapso de tempo, em tese, veda o ajuizamento da ação de cobrança do crédito tributário definitivamente constituído pelo lançamento.
- d) A decadência entendida como extinção do direito pelo decurso do prazo fixado para seu exercício com inércia do titular, em tese, impede a autoridade fiscal de efetuar o lançamento das contribuições sociais devidas e não pagas pelo sujeito passivo.
- e) O direito de pleitear restituição ou de realizar compensação de contribuições ou de outras importâncias extingue-se em 5 anos, contados da data do pagamento ou recolhimento indevido ou em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou do trânsito em julgado da sentença que tenha reformado, anulado ou revogado a decisão condenatória.

55. 2015 /TRT 2R (SP) TRT - 2ª R/Juiz do Trabalho Substituto) Em relação aos institutos da prescrição e decadência relativas a contribuição da seguridade social, aponte a alternativa INCORRETA.

- a) A decadência, entendida como extinção do direito pelo decurso do prazo fixado para seu exercício ante a inércia do titular, em tese, impede a autoridade fiscal de efetuar o lançamento das contribuições sociais devidas e não pagas pelo sujeito passivo.
- b) A prescrição, definida como a extinção do direito de ação em virtude da inércia de seu titular durante certo lapso de tempo, em tese, veda o ajuizamento da ação de cobrança do crédito tributário definitivamente constituído pelo lançamento.
- c) Prescrevem em 05 (cinco) anos as ações para haver prestações vencidas, restituições ou diferenças, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, salvo o direito dos menores, incapazes ou ausentes na forma do Código Civil.
- d) O direito de pleitear restituição ou de realizar compensação de contribuições ou de outras importâncias extingue-se em 05 (cinco) anos, contados da data do pagamento ou recolhimento indevido ou em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou do trânsito em julgado da sentença que tenha reformado, anulado ou revogado a decisão condenatória.

e) O direito da Previdência Social para anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis a seus beneficiários prescreve em 05 (cinco) anos.

56. 2014 /FCC Órgão: Prefeitura de Recife – PE Prova: Procurador) Considerando os prazos decadenciais e prescricionais relacionados aos benefícios previdenciários, é correto afirmar:

- a) As ações referentes à prestação por acidente do trabalho prescrevem em 10 anos, contados da data do acidente, quando dele resultar a morte ou a incapacidade temporária, verificada esta em perícia médica a cargo da Previdência Social.
- b) No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.
- c) Prescreve em dez anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.
- d) O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- e) É de cinco anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

57. (2012 /FCC/INSS/Técnico do Seguro Social) José pleiteou aposentadoria por tempo de contribuição perante o INSS, que foi deferida pela autarquia e pretende a revisão do ato de concessão do benefício para alterar o valor da renda mensal inicial. O prazo decadencial para o pedido de José é de

- a) dez anos contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.
- b) cinco anos contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.
- c) três anos contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.
- d) cinco anos contados da ciência da decisão que deferiu o benefício.
- e) dez anos contados da ciência da decisão que deferiu o benefício.

58. 2013 /CESPE/TRT - 5ª R(BA) Juiz do Trabalho) Considerando-se que determinado contribuinte tenha deixado de pagar uma contribuição previdenciária relativa ao mês de novembro de 2008 e que essa contribuição não tenha sido objeto de qualquer lançamento tributário, é correto afirmar que o direito de a administração pública constituir o respectivo crédito decairá em

- a) janeiro de 2014.
- b) novembro de 2018.
- c) dezembro de 2018.
- d) janeiro de 2019.
- e) dezembro de 2013.

7 Crimes contra a seguridade social.

59. (2014 /FCC Órgão: TRF - 4ª R/Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Sobre as Leis nº 8.213/1991 e 8.212/1991, considere:

- I. Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.
- II. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social e, entre seus princípios, encontra-se seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- III. Equipara-se ao empregador rural pessoa física o consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas físicas, que outorgar a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos e documentos.
- IV. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas.
- V. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo máximo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, II, III e IV.
- b) I, III e IV.
- c) I, II, IV e V.
- d) III, IV e V.
- e) II e III.

60. 2014/TRT 8ª R/TRT - 8ª Região (PA e AP) Juiz do Trabalho) No que diz respeito à apropriação indébita previdenciária, a conduta do agente que deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional, é CORRETO afirmar:

- a) O Supremo Tribunal Federal já decidiu que o crime de apropriação indébita previdenciária não consubstancia crime formal, mas omissivo material, no que é indispensável a ocorrência de apropriação dos valores, como inversão da posse respectiva.
- b) Deixar de recolher, no prazo legal, a contribuição ou outra importância destinada à assistência social que tenha sido descontada de pagamento efetuado aos trabalhadores segurados, a terceiros ou arrecadada do público, também tipifica o crime de apropriação indébita previdenciária.
- c) No § 2º, art. 168-A, da Lei nº 9.983 de 2000, que trata da apropriação indébita previdenciária, está configurado o perdão administrativo, pois é facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a multa, se o agente for primário e de bons antecedentes, e tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o

pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios.

- d) É extinta a punibilidade se o agente, compelido judicialmente, efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência e à assistência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes ou depois do início da ação fiscal.
 - e) No crime de apropriação indébita previdenciária e assistência social, com a Lei nº 9.983 de 2000, o bem jurídico tutelado é o patrimônio da assistência e da previdência social em geral, instituída à proteção social dos trabalhadores e seus dependes legais.
- 61.** 2011 /CESPE Órgão: TRF - 5ª REGIÃO Prova: Juiz Federal) No que concerne às leis penais especiais e aos crimes contra a seguridade social, assinale a opção correta.
- a) Encontra-se pacificada a jurisprudência dos tribunais superiores no sentido de que o crime de estelionato contra a previdência social é de natureza permanente, de forma que o termo inicial do prazo prescricional ocorre com a cessação do recebimento do benefício previdenciário.
 - b) A formação de quadrilha armada para evitar invasões rurais de integrantes de movimento de trabalhadores sem terra configura crime contra a segurança nacional e afeta diretamente interesse da União, ente responsável por conduzir a política fundiária nacional.
 - c) Para a configuração da conduta consistente em ocultar a natureza ou a origem de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime, exige-se prova da participação do acusado no delito antecedente.
 - d) Não se admite a aplicação do princípio da insignificância em relação ao funcionamento de estação de rádio no período de dois meses entre o vencimento de licença ambiental e a concessão, em definitivo, de nova autorização pela autoridade administrativa.
 - e) O delito de apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A do CP, é omissivo próprio, dispensando-se, para a sua caracterização, qualquer especial fim de agir.

62 2010 /TRT 21R (RN) Órgão: TRT - 21ª Região (RN) Juiz do Trabalho) O representante legal da empresa que, para reduzir o valor das parcelas devidas à Previdência Social, omite propositalmente da sua folha de pagamento o nome de vinte empregados contratados:

- a) incide no crime de falsidade ideológica;
- b) incide no crime de sonegação de contribuição previdenciária;
- c) incide no crime de falsificação de documento público previdenciário;
- d) incide no crime de apropriação indébita previdenciária;
- e) nenhuma das alternativas está correta.

8 Recurso das decisões administrativas.

63. 2012 /TRT 21R (RN) TRT - 21ª Região (RN) Juiz do Trabalho) Segundo o art. 21-A da Lei nº 8.213/91, a perícia médica do INSS considerará caracterizada a

natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexos técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças – CID. A empresa poderá interpor recurso administrativo contra a decisão que reconhecer a existência de nexos técnico epidemiológico. O segurado também poderá interpor recurso da decisão que não reconhecer a natureza acidentária da doença. Diante da normatividade legal, é correto afirmar:

- a) o recurso da empresa terá efeito suspensivo e o do segurado não terá efeito suspensivo;
- b) ambos os recursos têm efeito suspensivo;
- c) os recursos serão encaminhados ao Conselho de Recursos da Previdência Social, e a decisão final dependerá dos indicativos de FAP (Fator Acidentário de Prevenção) da empresa;
- d) o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário implica em inversão do ônus da prova e constitui uma presunção juris et de jure;
- e) a perícia médica não poderá deixar de aplicar o critério epidemiológico, que tem base científica.

64. (2012 /FCC Órgão: INSS Prova: Técnico do Seguro Social) Maria requereu aposentadoria especial e teve seu pedido indeferido pela Agência da Previdência Social. Nessa situação, Maria poderá interpor recurso para:

- a) Câmara de Julgamento.
- b) Ministério da Previdência Social.
- c) Junta de Recursos da Previdência Social.
- d) Gerência Executiva.
- e) Juizado Especial Federal.

65. 2010 /CESPE Órgão: TRT - 1ª REGIÃO (RJ) Juiz do Trabalho) Sérgio apresentou requerimento administrativo para revisão de seu benefício previdenciário. O INSS julgou improcedente a pretensão de Sérgio.

Com base nessa situação, e considerando a disciplina relativa à organização da previdência social, assinale a opção correta.

- a) Da decisão poderá ser interposto recurso no prazo de trinta dias, não podendo o INSS, após a interposição, retratar-se de seu entendimento e deixar de encaminhar o recurso à instância competente.
- b) A propositura de ação judicial, por parte de Sérgio, que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual verse o processo administrativo importará renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e, conseqüentemente, desistência do recurso interposto.
- c) Todo recurso interposto em processo administrativo concernente a benefício previdenciário deve ser recebido apenas no efeito devolutivo.
- d) A comunicação da decisão do órgão colegiado sobre a pretensão de Sérgio terá de ser feita por correspondência sob registro, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, se a primeira forma restar frustrada.
- e) A decisão do Conselho de Recursos da Previdência Social que julgar o recurso de Sérgio, se favorável,

terá sua eficácia condicionada à publicação no boletim de serviço do INSS.

66. (2009 /CESPE Órgão: TRF - 2ª REGIÃO Juiz Federal) A propósito do processo de justificação administrativa, assinale a opção correta.

- a) Em qualquer hipótese, a comprovação do tempo de serviço para fins previdenciários deve realizar-se com base em início de prova material, não sendo admitida a prova exclusivamente testemunhal.
- b) A homologação da justificação judicial processada com base em prova exclusivamente testemunhal dispensa a justificação administrativa, em vista da autoridade da coisa julgada constituída.
- c) A justificação administrativa deve ser admitida ainda que o fato a comprovar dependa de registro público de casamento, de idade ou de óbito.
- d) Contra a decisão da autoridade competente do INSS que opinar pela eficácia ou pela ineficácia da justificação administrativa não caberá recurso.
- e) O processamento da justificação administrativa traduz opção legal conferida ao interessado, ainda que exista outro meio capaz de configurar a verdade do fato alegado e de sua plausibilidade.

9. **Plano de Benefícios da Previdência Social: beneficiários, espécies de prestações, benefícios, disposições gerais e específicas, períodos de carência, salário-de-benefício, renda mensal do benefício, reajustamento do valor dos benefícios.**

67. (2015 /FCC Órgão: MANAUSPREV/Procurador Autárquico) Não havendo direito adquirido, é permitida a cumulação dos seguintes benefícios da Previdência Social:

- a) Mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.
- b) Auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez.
- c) Salário-maternidade e auxílio-doença.
- d) Seguro desemprego e auxílio-acidente.
- e) Aposentadoria especial e auxílio-doença.

68. 2015 /FCC Órgão: TRT - 6ª Região (PE) Juiz do Trabalho Substituto) O Brasil, atualmente, tem números expressivos de acidentes de trabalho, motivados pelo descumprimento de normas de ordem públicas relacionadas à saúde, medicina e segurança no trabalho, bem como, em alguns casos, pela própria negligência do trabalhador que descumpra ditamos legais e empresariais. No tocante ao tema, considere:

- I. Ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho.
- II. Ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho.
- III. Desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos da legislação previdenciária, em regra, o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em conseqüência dos acontecimentos indicados em

- a) I, II e III.

- b) III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

69. 2014 /FCC Órgão: PGE-RN Prova: Procurador do Estado de Terceira Classe) Quanto aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, considere:

- I. Os dependentes preferenciais são aqueles que se encontram na primeira classe de dependentes, que prefere a todas as outras e compreende as figuras do cônjuge, companheiro(a) e filho(a) menor de 18 anos, não emancipado(a) ou inválido(a).
- II. Os segurados obrigatórios são aqueles beneficiários que exercem algum tipo de atividade profissional remunerada, ou seja, os diversos tipos de trabalhadores, inclusive servidores públicos que não participem de regime próprio de previdência social.
- III. Os dependentes do RGPS são aqueles beneficiários que se vinculam à Previdência por manterem com o segurado laços de família e dependência econômica, conforme prescrito em lei, o que caracteriza seu vínculo como acessório, pois exerce direitos em nome do segurado.
- IV. Cônjuge separado judicialmente ou divorciado, com direito a alimentos, preserva a condição de dependente do segurado do RGPS, e eventualmente concorre, em condições de igualdade, com companheira do segurado.

Está correto o que se afirma em

- a) II e IV, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) II e III, apenas.

70. (2014 /FCC Órgão: TRF - 4ª R/Analista Judiciário - Área Judiciária) Kaká Menezes, empregado da empresa Silva Ltda., sofreu acidente durante um jogo de futebol, fora da jornada normal de trabalho, sem que tenha havido qualquer obrigação contratual que impusesse sua participação no evento, ou qualquer relação com o exercício do trabalho a serviço do empregador. Nesta hipótese, o caso vertente

- a) caracteriza-se como doença profissional, apenas.
- b) depende de autorização do empregador para que a autarquia previdenciária o enquadre como acidente de trabalho.
- c) não pode ser caracterizado como acidente de trabalho.
- d) caracteriza-se como acidente de trabalho, apenas.
- e) pode ser caracterizado tanto como acidente de trabalho como de doença profissional.

71. 2014 /FCC Órgão: TRF - 4ª REGIÃO Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária) Cesar Borges requereu sua aposentadoria por invalidez, com pedido de acréscimo de 30%, alegando necessidade de assistência permanente de outra pessoa, posto que é deficiente e detentor do mal de Alzheimer. Neste caso, o

- a) acréscimo previsto na Lei de Benefícios decorrente da necessidade de assistência permanente de outra pessoa possui natureza jurídica assistencial e é limitado a 25% de acréscimo, em face da ausência de previsão específica de fonte de custeio e na medida em que a Previdência Social deve cobrir todos os eventos da doença.
- b) pedido de Cesar só poderá ser acolhido se tiver, por fundamento, a aposentadoria por tempo de serviço.
- c) pedido de Cesar poderá ser bem-sucedido, uma vez que o acréscimo de 30% independe da espécie de aposentadoria do trabalhador.
- d) pedido de Cesar, certamente, será acolhido, considerando o caráter protetivo da norma, aliado ao princípio da dignidade da pessoa humana.
- e) pedido de Cesar é, totalmente, cabível, e será acrescido ao valor normal da aposentadoria do segurado, sendo previsto especificamente nos casos de aposentadoria por invalidez permanente.

72. 2014 /FCC Órgão: TRF - 4ª REGIÃO Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária) Glória Mercedes era companheira do segurado Rui Barbosa, por meio de união estável comprovada, com quem teve dois filhos menores. Rui Barbosa desapareceu e teve a morte presumida, declarada por meio de decisão judicial. Glória requer o benefício da pensão por morte, a seu favor, bem como de seus dois filhos.

De acordo com a Lei nº 8.213/1991, em relação ao direito e eventuais prazos do benefício para os autores, uma vez preenchidos os requisitos legais,

- a) apenas os filhos menores terão o direito ao benefício, a partir da data do óbito.
- b) Glória e seus filhos terão direito ao benefício, a partir da data da decisão judicial.
- c) se, entre o prazo do óbito de Rui Barbosa e o requerimento administrativo de Glória, transcorrerem mais de 30 dias, o marco inicial do benefício em relação à autora deve ser fixado a partir da data do protocolo administrativo.
- d) Glória e os seus filhos terão direito ao benefício a partir da data do óbito, quando requerido até trinta dias depois deste.
- e) Glória não terá direito ao benefício, pois não era legalmente casada com o segurado Rui Barbosa.

73. 2012 /IBAM Órgão: Prefeitura de São Bernardo do Campo – SP Prova: Agente Previdenciário) O Regime Geral de Previdência Social observará aos seguintes parâmetros constitucionais:

- a) é permitida a filiação ao Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos.
- b) é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.
- c) o benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado poderá ser de valor mensal inferior ao salário mínimo.
- d) é obrigatória a filiação ao Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos.

74. 2014 /FCC Órgão: TRT - 16ª REGIÃO (MA) Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária) Paulo, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, foi acometido de doença especificada em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social, de acordo com os critérios de deformação. Paulo, então, requereu à Previdência, o auxílio-doença. Referido benefício será concedido.

- a) respeitada a carência de 10 (dez) contribuições mensais.
- b) respeitada a carência de 12 (doze) contribuições mensais.
- c) respeitada a carência de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais.
- d) independente de carência.
- e) respeitado o período de carência correspondente ao número de contribuições realizadas a partir do momento em que a doença foi adquirida.

10. Manutenção, perda e restabelecimento da qualidade de segurado.

75. 2015 /AGU Órgão: PFE-INSS Prova: Estagiário de Direito) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições,

- a) sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício.
- b) por no máximo 36 meses, quem está em gozo de benefício por incapacidade de prestação continuada.
- c) até 48 meses após a cessação das contribuições, o segurado obrigatório.
- d) até 18 meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.

76. (2008 /CESPE INSS / Técnico do Seguro Social) Ainda em relação à identificação dos segurados da previdência social, julgue os itens a seguir.

Um tabelião que seja titular do cartório de registro de imóveis em determinado município é vinculado ao respectivo regime de previdência estadual, pois a atividade que exerce é controlada pelo Poder Judiciário.

Certo Errado

11 Lei n.º 8.212, de 24/07/1991 e alterações posteriores.

77. 2014 /FCC Órgão: DPE-CE Prova: Defensor Público de Entrância Inicial) Segundo a Lei no 8.213/91, o Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS é composto por

- a) quinze membros nomeados pelo Presidente da República, sendo que os representantes titulares da sociedade civil terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
- b) onze representantes do Governo Federal, indicados pelo Congresso Nacional e nomeados pelo Presidente da República para mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
- c) oito representantes da sociedade civil, sendo quatro representantes dos trabalhadores em atividade e quatro representantes dos empregadores, vedado a nomeação de aposentado ou pensionista.

d) nove representantes do Governo Federal, indicados pelo Congresso Nacional e nomeados pelo Presidente da República para mandato de dois anos, vedada a recondução.

e) seis representantes da sociedade civil, sendo três representantes dos trabalhadores em atividade e três representantes dos empregadores, vedado a nomeação de aposentado ou pensionista.

78. 2014 /FCC Órgão: TRT - 2ª REGIÃO (SP) Prova: Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador) O Sistema Único de Saúde deve ser financiado.

- a) mediante aplicação de recursos mínimos estaduais e municipais derivados de suas receitas não tributárias, dada a vedação constitucional da vinculação de receitas de impostos a fundos e despesas.
- b) exclusivamente, com recursos do orçamento da seguridade social e da União.
- c) entre outras fontes, mediante aplicação de recursos mínimos estaduais, distritais e municipais derivados dos seus impostos e da repartição constitucional de receitas tributárias.
- d) por recursos provenientes das contribuições sociais das empresas incidentes sobre a folha de pagamentos e dos trabalhadores e demais segurados da previdência social.
- e) entre outras fontes, por contribuições diretas dos cidadãos usuários do sistema.

79. 2013 /FCC Órgão: DPE-AM / Defensor Público) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Nesta seara, nos termos das previsões constitucionais, é correto afirmar que

- a) a proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma centralizada e não integrada, não sendo assegurada a cada área a gestão de seus recursos, visto que devem ser observadas as peculiaridades e necessidades de cada área.
- b) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- c) os recursos do orçamento da seguridade social previstos na Constituição Federal não financiarão o sistema único de saúde, bem como as ações governamentais na área de assistência social não serão realizadas com tais recursos, mas apenas por meio de outras fontes arrecadatórias.
- d) a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro atuarial, razão pela qual não atenderá a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
- e) não constitui atribuição do sistema único de saúde participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

80. 2013 /FCC Órgão: DPE-AM Prova: Defensor Público) Em relação à Organização e Custeio da Seguridade Social, analise as afirmações abaixo.

- I. As propostas orçamentárias anuais ou plurianuais da Seguridade Social serão elaboradas por comissão integrada por 3 (três) representantes, sendo 1 (um) de cada área: saúde, previdência social e assistência social.
- II. A contribuição do empregado doméstico, bem como a do trabalhador avulso é de 12% (doze por cento) do seu salário-de-contribuição mensal.
- III. A União não é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, por falta de previsão da Lei Orçamentária Anual.
- IV. Constitui receita da Seguridade Social 40% (quarenta por cento) do resultado dos leilões dos bens apreendidos pelo Departamento da Receita Federal.
- V. Caberá à entidade promotora do espetáculo a responsabilidade de efetuar o desconto de cinco por cento da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos e o respectivo recolhimento ao INSS, no prazo de até dois dias úteis após a realização do evento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
b) I, III e V.
c) II, III e IV.
d) II, IV e V.
e) I, IV e V.

81. 2013 /FCC Órgão: AL-PB Prova: Procurador) Conforme previsão contida na Lei no 8.212/91 que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, as propostas orçamentárias anuais ou plurianuais da Seguridade Social serão elaboradas pela Comissão integrada por

- a) três representantes: um da área de saúde, um da área da previdência social e um da área de assistência social.
b) três representantes: um dos trabalhadores, um dos empresários e um do governo federal.
c) três representantes: um da União, um dos Estados membros e um dos Municípios.
d) quatro representantes: um da União, um do Distrito Federal, um dos Estados-Membros e um dos Municípios.
e) quatro representantes: um dos Municípios, um dos trabalhadores, um dos empresários e um dos aposentados.

82. 2012 /FCC Órgão: TRF - 2ª REGIÃO Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária) Com relação ao Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS considere:

- I. O Conselho Nacional de Previdência Social é composto por representante do Governo Federal e da Sociedade Civil totalizando onze membros em sua composição.
II. O Conselho Nacional de Previdência Social possui, na sua composição, três membros representantes dos aposentados e pensionistas.

III. Os membros do Conselho Nacional de Previdência Social e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República.

IV. O Conselho Nacional de Previdência Social reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada quinze dias, por convocação de seu Presidente.

De acordo com a Lei n 8.213/91, está correto o que consta APENAS em

- a) II, III e IV.
b) I, II e III.
c) II e III.
d) I e IV.
e) I e II.

83. 2011/FCC Órgão: TCE-PR Prova: Analista de Controle) De acordo com a Lei nº 8.212/91, a organização da Assistência Social obedecerá duas diretrizes, sendo uma delas,

- a) a participação da população na formulação e no controle das ações em todos os níveis.
b) a universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição.
c) o valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo.
d) a preservação do valor real dos benefícios, com aplicação de metas preestabelecidas pelos órgãos de direção competente.
e) o funcionamento da previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

12 Lei n.º 8.213, de 24/07/1991 e alterações posteriores.

84. 2015 /FCC Órgão: MANAUSPREV / Procurador Autárquico) Diana sofreu um acidente ligado a seu trabalho que, embora não tenha sido a causa única, produziu lesão que exige atenção médica para sua recuperação. Zeus sofreu acidente no local e horário de trabalho em consequência de inundação. Hermes sofreu acidente fora do local e horário de trabalho em viagem a serviço da empresa. Helena foi acometida de doença proveniente de contaminação acidental no exercício de sua atividade. Equiparam-se a acidente de trabalho para efeitos da Lei Previdenciária de

- a) apenas os casos de Diana e de Helena.
b) apenas o caso de Zeus.
c) apenas os casos de Diana e de Hermes
d) todos os quatro casos.
e) apenas os casos de Hermes, de Zeus e de Helena.

85. FUNRIO - 2014 - INSS - Analista - Direito) Com relação à contagem recíproca de tempo de serviço, na forma da Lei n. 8.213/91, assinale a alternativa que contém uma afirmação correta.

- a) Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público não é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.

- b) O tempo de contribuição ou de serviço será contado de acordo com a legislação pertinente, sendo admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais.
- c) O tempo de contribuição ou de serviço será contado de acordo com a legislação pertinente, sendo contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro.
- d) O tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de um por cento ao mês e multa de doze por cento.
- e) Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.

86. 2015 /FCC Órgão: MANAUSPREV / Procurador Autárquico) A aposentadoria por tempo de serviço, nos termos da Lei nº 8.213/91, como regra, exige o seguinte número de contribuições mensais:

- a) 240.
- b) 360.
- c) 180.
- d) 120.
- e) 210.

87. 2015 /FCC Órgão: MANAUSPREV Prova: Procurador Autárquico) Nos termos da lei que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social é considerada doença do trabalho:

- a) a doença endêmica adquirida por segurado que habita região em que ela se desenvolve.
- b) a desencadeada em função de condição especial em que é realizado o trabalho, que com ele se relacione diretamente e que conste de relação elaborada por órgão ministerial.
- c) a de natureza degenerativa.
- d) a que não produza incapacidade laborativa.
- e) a que é inerente ao grupo etário.

88. 2015 /FCC Órgão: MANAUSPREV Prova: Procurador Autárquico) Após o falecimento de Isis, seus familiares procuraram a Previdência Social a fim de requerer os benefícios como dependentes do de cujus. Nessa situação, a dependência econômica não será presumida, devendo ser comprovada para

- a) filho não emancipado de 19 anos.
- b) cônjuge.
- c) filho inválido com 30 anos.
- d) companheiro que mantinha união estável com a segurada.
- e) enteado menor de 21 anos.

89. 2015 /FCC Órgão: MANAUSPREV Prova: Procurador Autárquico) Conforme dispõe o Plano de

Benefícios da Previdência Social em relação ao valor dos benefícios é correto afirmar:

- a) Na aposentadoria por idade o salário-de-benefício consiste na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.
- b) Em nenhuma hipótese será considerado o aumento dos salários-de-contribuição que exceder o limite legal, inclusive o voluntariamente concedido nos trinta e seis meses imediatamente anteriores ao início do benefício, para o cálculo do salário-de-benefício.
- c) No auxílio-doença e no auxílio-acidente o salário de benefício consiste na média aritmética simples dos todos os últimos salários-de-contribuição dos meses imediatamente anteriores ao afastamento da atividade, até o máximo de trinta e seis, apurados em período não superior a quarenta e oito meses.
- d) Serão considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, incluindo o décimo-terceiro salário.
- e) O valor do benefício de prestação continuada, inclusive o regido por norma especial, o decorrente de acidente do trabalho, o salário-família e o salário-maternidade, será calculado com base no salário-de-benefício.

90. 2015 /FCC Órgão: TCM-GO Prova: Auditor Controle Externo – Jurídica) No tocante ao salário-família, considere:

- I. O aposentado por invalidez terá direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria.
- II. O valor da cota do salário-família é paga por filho ou equiparado de qualquer condição, até quinze anos de idade ou inválido de qualquer idade.
- III. A cota do salário-família é incorporada ao salário ou ao benefício para efeito de pagamento de 13º salário.

De acordo com a Lei nº 8.213/1991, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I e III.

91. 2015 /FCC Órgão: TRT - 6ª Região (PE) Prova: Juiz do Trabalho Substituto

No que se refere ao salário-maternidade, a lei previdenciária dispõe que, no caso de falecimento da segurada ou segurado que fizer jus ao seu recebimento, o benefício será pago, por todo o período ou pelo tempo restante a que teria direito, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente que tenha a qualidade de segurado, exceto no caso do falecimento do filho ou de seu abandono, observadas as normas aplicáveis ao salário-maternidade. Este benefício será pago diretamente pela Previdência Social durante o período entre a data do óbito e o último dia do término do salário-maternidade originário e será calculado sobre

- a) o valor do salário mínimo estadual, para o segurado especial.
- b) o valor do salário mínimo, para o segurado eventual.
- c) o salário mínimo estadual, para o empregado doméstico.
- d) a remuneração integral, para o empregado e trabalhador avulso.
- e) 1/12 da soma dos 12 últimos salários de contribuição, apurados em um período não superior a 18 meses, para o contribuinte individual, facultativo e desempregado.

92. 2015 /FCC Órgão: TRT - 6ª Região (PE) Prova: Juiz do Trabalho Substituto) A responsabilidade dos empregadores em indenizar o empregado por danos provenientes de acidente de trabalho ou doença ocupacional, quando incorrer em dolo ou culpa, consoante o disposto no artigo 7o, inciso XXVIII, da Constituição Federal de 1988, inclusive nas hipóteses de concausa, insculpidas no art. 21, I, Lei no 8.213/1991, advém de seu dever legal de conduta, com o objetivo de evitar ou prevenir a ocorrência de infortúnios, velando, desta forma, pela observância das regras previstas no ordenamento jurídico vigente, relacionadas às normas de saúde, higiene e segurança do trabalho.

Com fundamento no exposto acima, considere:

- I. A responsabilidade será subsidiária se o empregado não conseguir provar a culpa ou dolo do empregador na ocorrência do infortúnio que lhe vitimou.
- II. A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador.
- III. Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.
- IV. É dever da empresa prestar informações pormenorizadas sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) II e IV.

93. 2014 /FUNRIO Órgão: INSS Prova: Analista – Direito) Quanto ao cálculo do valor do benefício da Lei n. 8213/91, é correto afirmar que

- a) Será calculado com base no salário de benefício o valor do benefício de prestação continuada, inclusive o regido por norma especial e o decorrente de acidente de trabalho, exceto o salário-família e o salário-maternidade.
- b) Será calculado com base no salário de benefício o valor do benefício de prestação continuada, inclusive o regido por norma especial, exceto o salário-família e o salário-maternidade.
- c) Será considerado, para o cálculo do salário de benefício, o aumento dos salários de contribuição que exceder o limite legal, inclusive o voluntariamente concedido nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores ao início do

benefício, salvo se homologado pela Justiça do Trabalho.

- d) Serão considerados para cálculo do salário de benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, incluindo o décimo-terceiro salário (gratificação natalina).
- e) Será contada a duração se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefícios por incapacidade, considerando-se como salário de contribuição, no período, o salário de benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral, podendo ser inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo.

94. 2014 /FUNRIO Órgão: INSS Prova: Analista – Direito) Com relação à contagem recíproca de tempo de serviço, na forma da Lei n. 8213/91, assinale a alternativa que contém uma afirmação correta

- a) Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público não é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.
- b) O tempo de contribuição ou de serviço será contado de acordo com a legislação pertinente, sendo admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais.
- c) O tempo de contribuição ou de serviço será contado de acordo com a legislação pertinente, sendo contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro.
- d) O tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de um por cento ao mês e multa de doze por cento.
- e) Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.

95. 2012 /FCC Órgão: TRF - 2ª REGIÃO Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária

Com relação ao Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS considere:

- I. O Conselho Nacional de Previdência Social é composto por representante do Governo Federal e da Sociedade Civil totalizando onze membros em sua composição.
- II. O Conselho Nacional de Previdência Social possui, na sua composição, três membros representantes dos aposentados e pensionistas.
- III. Os membros do Conselho Nacional de Previdência Social e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República.

IV. O Conselho Nacional de Previdência Social reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada quinze dias, por convocação de seu Presidente.

De acordo com a Lei n 8.213/91, está correto o que consta APENAS em

- a) II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) I e II.

13 Decreto n.º 3.048, de 06/05/1999 e alterações posteriores;

96. 2014/BB - Técnico de Segurança do Trabalho /Fundação CESGRANRIO) Nos termos do Decreto nº 3.048/1999, o segurado que for submetido à ocupação sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e cumprir um número mínimo de anos de atividade, comprovando os requisitos incluídos no Perfil Profissiográfico Previdenciário, terá direito a receber

- a) auxílio invalidez
- b) aposentadoria especial
- c) gratificação previdenciária
- d) pecúlio familiar
- e) renda mensal inicial

97. 2014/BB-Engenheiro de Segurança do Trabalho / (CESGRANRIO) Nos termos do Decreto Federal nº 3.048/1999, a aposentadoria especial para ser deferida, além do tempo mínimo de trabalho e de exposição a agentes nocivos de variada espécie, depende de tempo de trabalho

- a) gratuito
- b) ocasional
- c) permanente
- d) excepcional
- e) provisório

98. 2014 Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SP (SABESP/SP) Enfermeiro do Trabalho/FCC) O Decreto nº 3.048/99, que aprovou o Regulamento da Previdência Social, estabelece que a Previdência Social deve ser regida por princípios e objetivos. Um deles diz respeito

- a) à centralização da administração, com o governo otimizando e gerenciando as ações.
- b) ao caráter democrático da administração, mediante gestão bipartite, com participação dos trabalhadores e do governo nos órgãos colegiados.
- c) à universalidade de participação nos planos previdenciários.
- d) à justiça no cálculo dos benefícios, privilegiando as populações de regiões de menor expectativa de vida.
- e) à regionalização dos serviços, com gestão pelos conselhos populares.

99. (2014Tribunal Regional Federal / 3ª (TRF 3ª) -Cargo: Técnico Judiciário (FCC) O Decreto no 3.048/99, no Capítulo V da Habilitação e da Reabilitação Profissional, no artigo 137, assegura que: O

processo de habilitação e reabilitação profissional do beneficiário será desenvolvido por meio das funções básicas de

- I. avaliação do potencial inativo.
- II. orientação e acompanhamento da programação profissional.
- III. articulação com a comunidade, inclusive mediante a celebração de convênio para a reabilitação física restrita a segurados que cumpriram os pressupostos de elegibilidade ao programa de reabilitação profissional com vistas ao reingresso no mercado de trabalho.
- IV. acompanhamento e pesquisa da fixação no mercado de trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

- a) IV.
- b) III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I e III.

100. 2014 Banco da Amazônia S/A - AM (BASA/AM) Técnico Científico (CESGRANRIO) De acordo com o Decreto no 3.048, de 06/05/1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social, as empresas com 100 ou mais empregados estão obrigadas a preencher seus cargos com beneficiários reabilitados ou com pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, nas proporções estipuladas pelo referido Decreto.

Se um determinado empregador mantém 800 empregados devidamente registrados, a porcentagem de cargos disponíveis para contratação de reabilitados e/ou pessoas com deficiência é de

- a) 1%
- b) 2%
- c) 3%
- d) 4%
- e) 5%

14 Lei de Assistência Social – LOAS: conteúdo; fontes e autonomia (Lei nº 8.742/93 e alterações posteriores; Decreto nº. 6.214/07 e alterações posteriores

101. (2015 /CETRO Órgão: MDS Prova: Atividades Técnicas) Acerca do modelo de proteção social não contributivo, assinale a alternativa correta.

- a) O sentido de não contributivo é estritamente social, não podendo ser confundido com o conceito econômico de acesso a algo fora das relações de mercado.
- b) A assistência social somente se transferiu para a prática estatal com o advento dos regimes socialistas na Europa.
- c) O sentido de proteção social não contributivo é destinado apenas aos filiados da previdência social.
- d) O sentido de proteção social não contributivo se distingue de proteção social contributivo porque está fundada em um modelo pré-pago enquanto que o contributivo é pós-pago.
- e) A proteção não contributiva não se restringe ao combate à pobreza, sendo o direito à inclusão social

um direito humano inalienável e protegido pela Constituição Federal de 1988.

102. 201 5/CONSULPLAN/HOB-Técnico Superior da Saúde - Assistente Social) No âmbito da organização e representação profissional, o quadro que se observa no Serviço Social brasileiro é de maturação que expressa, na passagem dos anos 80 para os anos 90, rupturas com o seu tradicional conservadorismo, embora não signifique que o conservadorismo (e com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional, pois, a herança conservadora e antimoderna, constitutiva da gênese da profissão, atualiza-se e permanece presente nos tempos de hoje. Em relação aos aspectos que conferiram visibilidade ao processo de maturação supracitado, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Intervenção dos assistentes sociais na elaboração da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (dezembro de 1993).
- () Os profissionais de Serviço Social iniciam o processo de ultrapassagem da condição de executores de políticas sociais, para assumir posições de planejamento e gestão dessas políticas.
- () Intervenção dos assistentes sociais na elaboração e implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101 de maio de 2000).
- () Intervenção dos assistentes sociais na implementação da Lei Orgânica da Assistência Social ? LOAS (dezembro de 1993).

A sequência está correta em

- a) F, V, V, F.
b) V, V, V, F.
c) V, V, F, V.
d) F, V, V, V.

103. 2015 /CONSULPLAN/: HOB /Técnico Superior da Saúde - Assistente Social) Somente com a Constituição de 1988, as políticas de previdência, saúde e assistência social foram reorganizadas e reestruturadas com novos princípios e diretrizes e passaram a compor o sistema de seguridade social brasileiro. Apesar de ter um caráter inovador e intencional compor um sistema amplo de proteção social, a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido. Indique a alternativa que descreve de forma INCORRETA um dos direitos conjugados pelo sistema híbrido supracitado.

- a) Direitos seletivos (assistência).
b) Direitos de caráter universal (saúde).
c) Direitos de caráter sócio-político (institucional).
d) Direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência).

104. 2015 /FGV Órgão: TJ-SC Prova: Assistente Social) Na análise de vários autores, foi durante os anos 1990 que a política de assistência ganhou novos contornos no Brasil. Mesmo adquirindo o status de direito social e estando circunscrita na Seguridade Social, uma de suas novas características é:

- a) a afirmação do caráter unicamente estatal da política de assistência e sua vinculação com a Seguridade Social;

- b) a criação de uma rede de filantropia pública secundária para dar suporte ao aparato estatal;
c) os critérios de acesso estreitaram-se, limitando-se a situações de extrema pobreza;
d) a noção de direito social expandiu-se, passando a abarcar uma perspectiva verdadeiramente universalizante;
e) o reconhecimento do assistente social como o único profissional responsável por essa política.

105. 2015 /FUNRIO-UFRB/Assistente Social) Sobre a lei orgânica de assistência social (LOAS) lei 8742, atualizada pela lei 12435/2011, é correto afirmar no que tange a gestão da assistência social o seguinte:

- a) sua coordenação se dá por meio do Ministério de Bem Estar Social.
b) sua gestão se dá por meio da vigilância sócioassistencial de caráter consultivo.
c) sua gestão é descentralizada e participativa, denominada Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
d) sua gestão se dá exclusivamente, pelos Conselhos de Direitos e pelos Conselhos Municipais e Estaduais.
e) sua coordenação se dá pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social.

106. 2015 /FUNRIO-UFRB/Assistente Social) Segundo a Lei nº 8.742 e suas alterações pela Lei nº 12.435/2011, no que se refere aos benefícios, serviços, programas e projetos de Assistência Social, é correto afirmar que

- a) o benefício de prestação continuada é a garantia de 1(um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos de idade, que comprovem não possuir meios de subsistência para si e sua família.
b) a concessão do benefício ficará sujeita a exame médico pericial e laudos realizados pelos serviços de perícia médica do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.
c) para efeito desta lei, a família, é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.
d) a condição de acolhimento em instituições de longa permanência prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.
e) o benefício de prestação continuada não será suspenso pelo órgão concedente quando a pessoa com deficiência exercer atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual.

107. 2015 /FGV Órgão: TJ-BA/ Analista Judiciário - Serviço Social) A Constituição de 1988 representou um avanço ao ampliar os direitos da população brasileira, chamada por isso de Constituição Cidadã. Ao instituir a Seguridade Social, o principal progresso diz respeito à instituição da diretriz:

- a) da necessidade de estabelecer critérios de elegibilidade e permanência para as políticas sociais;
- b) das Parcerias Público-Privadas a fim de estreitar relações entre o Estado e a iniciativa privada;
- c) da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- d) da contributividade como requisito básico para receber benefícios e atendimentos;
- e) dos convênios com o Terceiro Setor e com as Organizações Não Governamentais.

108. 2014 /FCC Órgão: TJ-AP Prova: Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Serviço Social

O assistente social do Tribunal de Justiça, ao atender uma família, tendo entre um de seus membros uma criança com deficiência que não recebe atendimento na rede pública de saúde, deve

- a) oferecer todas as orientações necessárias que subsidiem para busca do seu direito, pois a legislação assegura atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde, e atendimento especializado à criança e ao adolescente portadores de deficiência.
- b) encaminhar a família para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, considerando que, para tanto, é necessário que haja uma declaração de que essa criança é, de fato, uma pessoa com deficiência nos termos da Lei no 8.742/1993.
- c) agendar junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, uma perícia para avaliação da criança, pois, para que se enquadre na condição de prioridade no atendimento da política de saúde há necessidade de que a mesma seja avaliada pelas normas da Classificação Internacional de Funcionalidade – CIF, que é fornecida pela perícia médica do INSS.
- d) solicitar junto ao Ministério Público, especificamente à Promotoria dos Direitos Constitucionais, uma senha para que a família seja atendida pelo corpo técnico vinculado à essa instância, que se configura como a única autorizada a prover os direitos sociais relacionados às prioridades previstas na Lei no 11.185/2005.
- e) informar que não há ação de garantia de prioridade para o caso específico que se coloca, pois a saúde é uma política pública de acesso universal e isso inclui: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiências e, no caso específico da saúde, a prioridade se dá pelo nível de gravidade.

109. 2014 /FCC Órgão: SABESP Prova: Analista de Gestão - Serviço Social

A política de assistência social baseia-se em princípios éticos para o desenvolvimento de suas ações. Considera-se como princípio ético

- a) a oferta pontual de uma rede de serviços constituída e integrada, com padrões de atendimento qualificados e pactuados, com planejamento, financiamento e avaliação.
- b) a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios públicos contributivos com qualidade e continuidade,

que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais.

- c) a garantia do direito do usuário de receber dos órgãos públicos e prestadores de serviços as informações e documentos da assistência social, de interesse particular, ou coletivo, ou geral.
- d) as informações do histórico de atendimentos aos usuários, devidamente registrados nos prontuários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS que é de uso exclusivo desta política pública e não devem ser repassadas aos respectivos usuários.
- e) o acesso à assistência social a quem dela necessitar, sob o princípio da universalização do atendimento, sem discriminação social de qualquer natureza e, sem estabelecer critérios de elegibilidade dos diferentes benefícios e as especificidades dos serviços, programas e projetos.

Gabarito: 1/D; 2/C; 3/C; 4/E; 5/E; 6/B; 7/B; 8/C; 9/C; 10/E; 11/E; 12/D; 13/E; 14/E; 15/D; 16/E; 17/B; 18/C; 19/D; 20/B; 21/C; 22/D; 23/C; 24/B; 25/C; 26/E; 27/D; 28/C; 29/A; 30/E; 31/E; 32/B; 33/E; 34/D; 35/B; 36/E; 37/C; 38/E; 39/C; 40/E; 41/E; 42/B; 43/C; 44/A; 45/B; 46/D; 47/A; 48/E; 49/B; 50/A; 51/D; 52/A; 53/C; 54/B; 55/E; 56/B; 57/A; 58/A; 59/A; 60/A; 61/E; 62/B; 63/B; 64/C; 65/B; 66/D; 67/B; 68/A; 69/A; 70/C; 71/A; 72/B; 73/B; 74/D; 75/A; 76/E; 77/A; 78/C; 79/B; 80/E; 81/A; 82/A; 83/A; 84/D; 85/E; 86/C; 87/B; 88/E; 89/A; 90/A; 91/D; 92/B; 93/A; 94/E; 95/C; 96/B; 97/C; 98/C; 99/C; 100/D; 101/E; 102/C; 103/C; 104/C; 105/C; 106/C; 107/C; 108/A; 109/C.

PROVA INSS/2012

CONHECIMENTOS BÁSICOS

PORTUGUÊS

Nesta prova, considera-se uso correto da língua portuguesa o que está em conformidade com o padrão culto escrito.

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

De dezembro de 1951 a abril de 1974, a aventura brasileira de Elizabeth Bishop estendeu-se por 22 anos – alguns deles, os anos finais, vividos em Ouro Preto, sobretudo após a morte de Lota de Macedo Soares, sua companheira, em 1967. A cidade não tomou conhecimento da grande escritora americana, cujo centenário de nascimento se comemorou dias atrás. Nós, os então jovens escritores de Minas, também não. Hoje leitor apaixonado de tudo o que ela escreveu, carrego a frustração retroativa de ter cruzado com Elizabeth em Ouro Preto sem me dar conta da grandeza de quem ali estava, na sua Casa Mariana – estupenda edificação por ela batizada em homenagem à poeta Marianne Moore, sua amiga e mestra. Consolam-me as histórias que saltam de seus livros e, em especial, da memória de seus (e meus) amigos Linda e José Alberto Nemer, vinhetas que juntei na tentativa de iluminar ainda mais a personagem retratada por Marta Goes na peça Um Porto para Elizabeth. Algumas delas:

* Ela adorava aquela casa, construída entre 1698, dois anos após a descoberta do ouro na região, e 1711, quando Ouro Preto foi elevada à condição de vila. Comprou-a em 1965 e não teve outra na vida, a não ser o apartamentinho de Boston onde morreria em 1979. Tinha, dizia, “o telhado mais lindo da cidade”, cuja forma lhe sugeria “uma lagosta deitada de bruços”. Bem cuidada, a casa, agora à venda, pertence aos Nemer desde 1982.

* “Gosto de Ouro Preto”, explicou Elizabeth ao poeta Robert Lowell, “porque tudo lá foi feito ali mesmo, à mão, com pedra, ferro, cobre e madeira. Tiveram que inventar muita coisa – e tudo está em perfeito estado há quase 300 anos”.

(Humberto Werneck. “Um porto na Montanha”. **O Estado de S. Paulo**. Cidades/Metrópole. Domingo, 13 de fevereiro de 2011, C10)

1. É correto afirmar que interessa a Humberto Werneck
 - (A) retratar a vivência de Elizabeth Bishop em Ouro Preto, durante os 22 anos em que morou na cidade mineira.
 - (B) enaltecer a obra da escritora Elizabeth Bishop, cujos poemas o entusiasmaram desde quando era um jovem escritor.
 - (C) mostrar que, embora tardiamente, privou da intimidade da poeta, tendo tido acesso, inclusive, a cenas da vida privada de Elizabeth Bishop.
 - (D) proporcionar, por meio de breves registros, ângulos de observação que possam mais revelar sobre Elizabeth Bishop, além do que uma peça já expõe sobre a poeta.
 - (E) fazer um balanço da vida e obra da escritora Elizabeth Bishop, com base em cenas que ele presenciou ou que lhe foram narradas por quem as vivenciou junto a poeta.
2. É correta a seguinte afirmação:
 - (A) (linha 2) as expressões alguns deles e os anos finais remetem ao mesmo intervalo de tempo.
 - (B) (linha 3) sobretudo equivale a “ainda que”.
 - (C) (linha 5) outra redação para “não tomou conhecimento da grande escritora” estaria também correta assim “não deu importância a grande escritora”.
 - (D) (linhas 6 e 7) a substituição de dias atrás por “fazem dias” mantém a correção original.
 - (E) (linha 7) o emprego de “então” sinaliza que os jovens não atuam mais em Minas.
3. Hoje leitor apaixonado de tudo o que ela escreveu, carrego a frustração retroativa de ter cruzado com Elizabeth em Ouro Preto sem me dar conta da grandeza de quem ali estava, na sua Casa Mariana – estuenda edificação por

ela batizada em homenagem à poeta Marianne Moore, sua amiga e mestra.

Considerado o fragmento acima transcrito, entende-se corretamente que Humberto Werneck

- (A) lastima não ter tido a oportunidade de encontrar-se numa rua de Ouro Preto com a grande escritora Elizabeth Bishop.
- (B) se queixa de ter sido sempre imaturo, como leitor, para dar o devido valor à produção poética de Elizabeth Bishop.
- (C) admite que, no momento de sua fala, reconhece o grande valor de Elizabeth, o que o faz, então, considerar uma perda o fato de ter feito essa constatação tão tarde.
- (D) faz confissão de culpa por falha do passado, quando ele e outros jovens de Ouro Preto não deram apoio a Elizabeth, principalmente quando teve grande perda afetiva.
- (E) confessa admiração entusiasmada pela grandeza atual de Elizabeth e, fazendo uma retrospectiva, lastima que o talento da poeta tenha permanecido muito tempo incubado.

4. Consolam-me as histórias que saltam de seus livros e, em especial, da memória de seus (e meus) amigos Linda e José Alberto Nemer, vinhetas que juntei na tentativa de iluminar ainda mais a personagem retratada por Marta Goes na peça Um Porto para Elizabeth. Algumas delas:

Levando em conta o trecho acima transcrito, é correto afirmar:

- (A) o segmento *Consolam-me as histórias que saltam de seus livros* apresenta verbo em voz passiva.
 - (B) retirando-se a vírgula depois do e – em e, em especial, –, a correção da frase fica preservada.
 - (C) a palavra vinhetas remete, exclusivamente, às histórias contadas pelos amigos Linda e José.
 - (D) a expressão na tentativa de exprime apenas um vago desejo, não uma finalidade.
 - (E) o emprego de ainda mais permite que se subentenda ideia de que Marta Goes muito elucidou sobre Elizabeth Bishop.
5. No segundo parágrafo, a forma verbal que designa um evento posterior à época em que a poeta viveu no Brasil é:
- (A) (linha 18) adorava.
 - (B) (linha 20) foi elevada.
 - (C) (linha 20) Comprou-a.
 - (D) (linha 22) morreria.
 - (E) (linha 22) Tinha.

6. É correto afirmar:

- (A) o contexto evidencia inquestionavelmente que *apartamentinho* (linha 21) foi empregado em sentido pejorativo, denotando desprezo pela vida americana.
- (B) as aspas (linhas 22 - 24) indicam que os segmentos foram empregados com sentido irônico.
- (C) o pronome *lhe* (linha 23), em *cuja forma lhe sugeria*, poderia ser deslocado para depois do verbo, sem comprometer a correção.
- (D) a substituição de *à venda* (linha 24) por “a ser vendida” mantém a correção da frase.
- (E) a substituição de *Bem cuidada* (linha 24) por “Mau cuidada” preserva a correção do segmento.

7. Considere a frase original e a frase que a reformula.

Tinha, dizia, “o telhado mais lindo da cidade”, cuja forma lhe sugeria “uma lagosta deitada de bruços”.

Ela dizia que tinha o telhado mais lindo da cidade, pois a forma dele *lhe sugeria* uma lagosta deitada de bruços. Na nova redação,

- (A) nenhuma informação se perdeu, considerado o texto original.
- (B) o emprego de “Ela” foi necessário, pois é o único modo de se saber quem é o falante.
- (C) um traço descritivo do texto original foi apresentado como o “motivo” da apreciação de Elizabeth.
- (D) constitui erro a palavra “pois” não vir seguida de uma vírgula.
- (E) a vírgula poderia ser substituída por um ponto e vírgula, sem interferência alguma no fluxo da leitura.

8. A redação de documentos oficiais deve pautar-se por *impessoalidade, clareza, concisão e pelo uso correto da norma culta*. Todas essas qualidades são respeitadas no seguinte trecho:

- (A) Como Deputado da Bancada Estadual, sinto-me avexado por que não estou podendo atender com mais prontidão e benefícios as vítimas dessa implacável seca, que teve motivos alheios à minha vontade para não conseguir isso.
- (B) Membros da Comissão Técnica destinada a averiguar a distribuição de favores em troca de votos, apurou que o Presidente do Conselho de Agricultores do Estado afirmou ao seu Vice de que ele poderia estar sendo investigado por desvio de verbas.
- (C) O critério metodológico de escolha dos participantes das equipes de atendimento à vítimas de desastres naturais estão sendo preparados, tendo em vista que é importante observar a correspondência entre tais

desastres e o atingimento de pessoas nessa situação.

- (D) Este setor do Governo Estadual, responsável pelo atendimento a vítimas de desastres naturais, elaborou um plano geral de assistência a ser encaminhado às entidades que colaboram nesse atendimento, para a adequada efetivação dos trabalhos nas ocasiões de calamidade pública.
- (E) O Instituto Benefício para Todos deverá estar sendo convidado para fazer parte de uma campanha destinada a angariar donativos, que se espera seja suficiente para atender a todos os desabrigados da enchente; conforme estipulado pela Coordenadoria, que foi considerada de relevante interesse social.

RLM

9. Considere a seguinte proposição “Se os métodos de trabalho forem antieconômicos, então eles não serão socialmente desejáveis” é verdadeira. Logo será verdadeira também:

- (A) Se os métodos de trabalho serão socialmente desejáveis, então eles serão antieconômicos.
- (B) Nem os métodos de trabalho foram antieconômicos nem eles serão socialmente desejáveis.
- (C) Os métodos de trabalho são antieconômicos ou eles não serão socialmente desejáveis.
- (D) Os métodos de trabalho não serão antieconômicos ou eles não serão socialmente desejáveis.
- (E) Os métodos de trabalho não são antieconômicos ou eles serão socialmente desejáveis.

10. Sobre os 60 técnicos e analistas que trabalham em uma Agência do Instituto Nacional do Seguro Social, é verdade que:

40% dos técnicos são casados;

60% dos analistas não são casados;

o número de técnicos casados é 12.

Nessas condições, o total de

- (A) Analistas é 30
- (B) Analistas casados é 10.
- (C) Pessoas casadas é 25.
- (D) Analistas é 35.
- (E) Analistas casados é 20.

11. Se todas as nossas ações têm consequência, então não há ações sem resultado. Se não há ações sem resultado, então todas as nossas ações têm consequência. Logo:

- (A) Algumas ações não têm consequência se não há ações sem resultado.

- (B) Todas as nossas ações tem consequência se e somente se há ações sem resultado.
 (C) Todas as nossas ações têm consequência se e somente se não há ações sem resultado.
 (D) Todas as nossas ações não têm consequência se e somente se não há ações sem resultado.
 (E) Algumas ações sem resultado se e somente se todas as nossas ações têm consequência.

INFORMÁTICA

As questões sobre os aplicativos consideram sempre a originalidade da versão referenciada e não quaisquer outras passíveis de modificação (customização, parametrização, etc.) feita pelo usuário. As versões dos aplicativos são: Windows XP edição doméstica (Português), Linux básico, Microsoft Office 2003 (editor de texto e planilha) e navegadores Mozilla Firefox 3.5.3 e Internet Explorer 8. Mouse padrão destro.

12. Um Funcionário utilizou uma função automática do editor de texto para converter em letras maiúsculas uma sentença completa que antes era de composição mista (maiúsculas e minúsculas). O menu que habilita essa opção dentro da qual se pode acessar a função Maiúsculas e minúsculas é

- (A) Ferramentas.
 (B) Formatar
 (C) Inserir
 (D) Exibir
 (E) Editar

13. Para modificar a pasta padrão, onde o editor de texto guarda os Modelos do usuário, deve-se acessar o menu

- (A) Ferramentas, a opção Opções e a aba Arquivos.
 (B) Ferramentas, a opção Modelos e suplementos e a aba Arquivos.
 (C) Ferramentas, a opção Estilos e a aba Opções.
 (D) Formatar, a opção Estilo e a aba Modelos e suplementos.
 (E) Editar, a opção Estilo e a aba Modelos e suplementos.

14. EXCLUÍDA

DIREITO ADMINISTRATIVO

15. Analise as características abaixo.
 I. Personalidade jurídica de direito público.
 II. Criação por lei.
 III. Capacidade de autoadministração.
 IV. Especialização dos fins ou atividades.
 V. Sujeição a controle ou tutela.
 Trata-se de

- (A) empresa pública.
 (B) fundação.
 (C) autarquia.
 (D) sociedade de economia mista.
 (E) órgão público.

16. Considere as seguintes assertivas a respeito do provimento de cargo público:

- I. A nomeação far-se-á em comissão, exceto na condição de interino, para cargos de confiança vagos.
 II. O concurso público terá validade de até 2 anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
 III. A posse, em regra, ocorrerá no prazo de noventa dias contados da publicação do ato de provimento.
 IV. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II e IV.
 (B) I, II e III.
 (C) II, III e IV.
 (D) I e IV.
 (E) II e III.

17. Considere as assertivas abaixo sobre o Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição, nos termos da Lei nº 8112/1990.

- I. As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos estabelecidos em lei.
 II. O concurso público terá validade de até três anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
 III. A promoção consiste em forma de provimento de cargo público.
 IV. É possível a abertura de novo concurso, ainda que houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e III.
 (B) I e II.
 (C) I, III e IV.
 (D) II e IV.
 (E) III e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

18. Analise os itens abaixo:

- I. Os direitos fundamentais instituídos no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil são aplicáveis somente aos brasileiros natos e naturalizados.
- II. A Constituição da República Federativa do Brasil protege o direito à livre manifestação do pensamento, contudo proíbe o anonimato.
- III. A Constituição da República Federativa do Brasil protege o direito de reunião de forma ampla, sem estabelecer qualquer condição ou limite para o exercício desse direito.

Está(ão) correto(s):

- (A) Apenas os itens I e II.
 (B) Apenas o item II.
 (C) Apenas os itens I e III.
 (D) Apenas os itens II e III.
 (E) N.D.A

19. Sobre a seguridade social na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado instituir, mesmo que por lei, outras fontes, além das previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, para custeio ou expansão da seguridade social.
- (B) São atribuições do sistema único de saúde, entre outras, a fiscalização e inspeção de alimentos, bebidas e águas destinados ao consumo humano e a participação no controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.
- (C) O acesso aos benefícios da assistência social está condicionado à contribuição à seguridade social.
- (D) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na condição de segurado facultativo, de pessoa que participa de regime próprio de previdência.
- (E) N.D.A

ÉTICA

20. Ética é o conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade.

A respeito de ética, considere:

- I. A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público.
- II. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- III. A moralidade na Administração Pública se limita à distinção entre o bem e o mal, não devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum.

IV. A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público.

V. O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade não deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, embora, como cidadão, seja parte integrante da sociedade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, e IV.
 (B) I, III e IV.
 (C) II, III e V.
 (D) II, IV e V.
 (E) III, IV e V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

21. Assinale a opção correta com referência ao segurado do Regime Geral de Previdência Social:

- (A) O brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência, é segurado empregado para a previdência social brasileira.
- (B) O segurado trabalhador avulso é aquele que presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural, mediante intermediação de sindicato ou órgão gestor de mão de obra.
- (C) O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo é considerado segurado facultativo para a previdência social.
- (D) É considerado empregado doméstico aquele que presta serviço de natureza eventual, mediante remuneração, a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades com ou sem fins lucrativos.
- (E) É considerado segurado especial aquele que reside no imóvel rural, e trabalha individualmente ou em regime de economia familiar nesta propriedade, ainda que com o auxílio constante de terceiros.

22. Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se como segurados e dependentes. No que refere-se aos dependentes, é correto afirmar que:

- (A) O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação de termo de tutela.
- (B) Os pais concorrem em igualdade de condições com os filhos do segurado.
- (C) Os dependentes terão direito somente ao benefício da pensão por morte.

(D) São considerados dependentes somente o cônjuge, a companheira, o companheiro e os filhos do segurado.

(E) Os dependentes de uma mesma classe não concorrem em igualdade de condições, tendo sempre a preferência os filhos.

23. Assinale a alternativa que não corresponde aos segurados empregados do Regime Geral de Previdência Social:

(A) Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural a empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração.

(B) O brasileiro civil que presta serviços à União no exterior, em repartições governamentais brasileiras, lá domiciliado e contratado.

(C) O servidor da União, Estado, Distrito Federal ou Município, incluídas suas autarquias e fundações, ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

(D) O brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado.

(E) O servidor da União, Estado, Distrito Federal ou Município ocupante de emprego público.

24. Com relação aos segurados especiais, assinale a afirmativa correta:

(A) O segurado especial no exercício de mandato eletivo de dirigente sindical de organização da categoria de trabalhadores rurais passa a ser considerado segurado contribuinte individual para a Previdência Social.

(B) A atividade artesanal desenvolvida com matéria-prima produzida pelo grupo familiar, descaracteriza-os como segurados especiais, visto que passam a exercer atividade comercial e não mais rural.

(C) O pescador artesanal é considerado segurado especial, desde que, individualmente ou em regime de economia familiar, faz da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida, sem utilização de grandes embarcações ou com auxílio constante de terceiros.

(D) Não perderá a qualidade de segurado especial aquele que desenvolva atividade artística, mesmo que em valor mensal superior ao menor benefício de prestação continuada da previdência social.

(E) Perde a qualidade de segurado especial aquele que exercer mandato de vereador do município onde desenvolve a atividade rural.

25. Com relação aos segurados excluídos do Regime Geral de Previdência Social, assinale a alternativa correta:

(A) Um servidor público municipal detentor de cargo efetivo, ainda que não amparado por regime próprio de previdência social, está excluído do regime geral de previdência social.

(B) O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, desamparados de Regime Próprio de Previdência Social.

(C) Mesmo que o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, não se tornarão segurados obrigatórios em relação a essas atividades.

(D) O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social, desde que amparados por regime próprio de previdência social.

(E) Os ocupantes de cargo em comissão estão excluídos do Regime Geral de Previdência Social.

26. Com relação aos dependentes, julgue os itens que segue:

I. O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente concorrem em igualdade de condições por estarem na mesma classe de dependentes.

II. Os pais somente farão jus aos benefícios devidos aos dependentes se demonstrar a inexistência de dependentes preferenciais e dependência econômica total com o segurado.

III. A perda da qualidade de dependente ocorre para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos.

IV. O filho perderá a qualidade de segurado pela emancipação concedida pelos pais.

(A) Está correta apenas as assertivas I e IV

(B) Está correta apenas as assertivas II e III

(C) Está correta apenas as assertivas III e IV

(D) Está correta apenas as assertivas I, III e IV

(E) Está correta apenas a assertiva III e IV

27. É incorreto afirmar sobre a inscrição e filiação dos beneficiários da Previdência Social:

(A) Incumbe ao dependente promover a sua inscrição quando do requerimento do benefício a que tiver direito.

- (B) A filiação, para os segurados obrigatório, decorre do exercício de atividade remunerada.
- (C) A inscrição do contribuinte individual decorre com a apresentação de documento que caracterize a sua condição ou o exercício de atividade profissional, liberal ou não.
- (D) A inscrição dos segurados obrigatórios será feita pessoalmente por este, perante a Previdência Social, apresentados os documentos exigidos por lei.
- (E) A inscrição do segurado em qualquer categoria exige a idade mínima de dezesseis anos, exceto para o menor aprendiz na qualidade de segurado empregado, que requer a idade mínima de quatorze anos de idade.

28. É considerado segurado contribuinte individual:

- (A) O direito empregado.
- (B) Aquele que explora atividade de extração mineral.
- (C) O exercente de mandato eletivo federal não vinculado a regime próprio de previdência.
- (D) O servidor contratado pela União para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (E) O síndico de condomínio não remunerado.

29. Podem inscrever-se como segurados facultativos, exceto:

- (A) O estudante.
- (B) A pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.
- (C) O brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviço no exterior.
- (D) O membro de conselho tutelar não remunerado, desde que não esteja vinculado a qualquer regime de previdência social.
- (E) O presidiário que não exerce atividade remunerada nem esteja vinculado a qualquer regime de previdência social.

30. Suponha que Francis, de nacionalidade francesa, presta serviços no Brasil à embaixada da França. Em virtude da natureza de sua atividade, fixou residência no Brasil, não estando amparado por Regime Próprio de Previdência Social. Assim, é correto afirmar que:

- (A) Francis não é segurado obrigatório da previdência social por prestar serviços a embaixada estrangeira.
- (B) Francis não é considerado segurado obrigatório da previdência social brasileira por ser de nacionalidade estrangeira.
- (C) Francis é segurado obrigatório da previdência social brasileira como contribuinte individual.

- (D) Francis é segurado obrigatório da previdência social brasileira como segurado empregado.
- (E) Francis é segurado obrigatório da previdência social brasileira como segurado facultativo.

31. Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa correta;

- I. Equipara-se a empresa o contribuinte individual, em relação a segurado que lhe presta serviço.
 - II. Não será equiparado a empresa o proprietário ou dono de obra de construção civil, quando pessoa física, em relação a segurado que lhe presta serviço.
 - III. É considerada empresa a firma individual, bem como os órgãos e as entidades da administração pública direta, indireta e fundacional.
 - IV. As cooperativas e associações não se equiparam a empresa, visto que não possuem, em algumas situações, fins lucrativos.
- (A) Está correta apenas as assertivas I e III
 - (B) Está correta apenas as assertivas II e III
 - (C) Está correta apenas as assertivas III e IV
 - (D) Está correta apenas as assertivas I, III e IV
 - (E) Está correta apenas a assertiva III e IV

32. Assinale a alternativa correta

- (A) Uma pessoa aposentada pelo Regime Geral da Previdência Social, ao voltar a exercer atividade abrangida por este regime, é segurado obrigatório em relação a essa atividade.
- (B) O enteado e o menor tutelado não podem ser, em hipótese alguma, equiparados a filho para efeito de dependência perante a Previdência Social.
- (C) A dependência econômica de quaisquer dependente requer sempre comprovação.
- (D) Somente os dependentes que contribuem podem ser beneficiários da Previdência Social.
- (E) As pessoas jurídicas podem ser beneficiárias da Previdência Social.

33. Carlos trabalhou durante 15 anos ininterruptos como empregado da empresa HHH Ltda quando em 15 de janeiro de 2007 ficou desempregado, passando a receber regularmente o seguro desemprego, pelo prazo estipulado em lei. Passado este período, Carlos não conseguiu uma recolocação no mercado de trabalho, não conseguindo inclusive contribuir para a previdência social como facultativo.

Em 20 de abril de 2009, sofreu um acidente que o deixou inválido. Analise a situação apresentada e assinale a alternativa correta:

- (A) Carlos não fará jus a nenhum benefício previdenciário, visto que na data do acidente não possuía qualidade de segurado.
- (B) Mesmo que Carlos houvesse perdido a condição de segurado, teria direito à concessão de auxílio-doença, pois cumpriu com a carência exigida em lei.
- (C) Na data que sofreu acidente, Carlos tinha condição de segurado, o que lhe dá direito aos benefícios previdenciários por incapacidade.
- (D) Caso Carlos houvesse perdido a condição de segurado, somente teria direito ao auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez se contribuísse com no mínimo 1/3 da carência exigida para fazer jus aos benefícios, ou seja, deveria ter quatro contribuições anteriores data do acidente.
- (E) Caso Carlos já contasse com 65 anos de idade, não poderia se aposentar, visto que a qualidade de segurado é essencial para a concessão de qualquer aposentadoria.
34. Assinale a alternativa correta referente a manutenção da qualidade de segurado:
- (A) O trabalhador que, em razão de estar incapacitado para o trabalho, deixar de contribuir para a previdência social por mais de doze meses consecutivos perderá a qualidade de segurado, pois incapacidade não é hipótese legalmente prevista para a manutenção da qualidade de segurado do trabalhador que deixe de exercer atividade remunerada.
- (B) Todo o segurado obrigatório da Previdência Social mantém sua qualidade, sem recolher contribuição nem receber benefício, por até 6 (seis) meses.
- (C) O segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar, independentemente de contribuições, mantém a qualidade de segurado até doze meses após o licenciamento.
- (D) O segurado recluso, independentemente de contribuições, mantém a qualidade de segurado até doze meses após o livramento.
- (E) O segurado em gozo de benefício, manterá a qualidade de segurado por até doze meses.
35. Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa correta;
- I. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições o segurado que estiver suspenso ou licenciado sem remuneração por até três meses após a cessação das contribuições.
- II. O segurado que estiver em gozo de benefício mantém a qualidade de segurado sem limite de prazo.
- III. O segurado que encontra-se desempregado mantém a qualidade de segurado por até trinta e seis meses, fazendo jus a pecúlio pago pela Previdência Social.
- IV. O segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar, manterá a qualidade de segurado por até três meses após o licenciamento.
- (A) Está correta apenas as assertivas I e IV
- (B) Está correta apenas as assertivas II e IV
- (C) Está correta apenas as assertivas II, III e IV
- (D) Está correta apenas as assertivas I e III
- (E) Está correta apenas a assertiva III e IV
36. O segurado acometido de doença de segregação compulsória manterá a qualidade de segurado:
- (A) independentemente de contribuições, por doze meses do início da segregação.
- (B) independentemente de contribuições, por doze meses após cessar a segregação.
- (C) dependentemente de contribuições, por seis meses do início da segregação.
- (D) dependentemente de contribuições, por doze meses após cessar a segregação.
- (E) independentemente de contribuições, por seis meses após cessar a segregação.
37. O salário de benefício o valor básico utilizado para cálculo da renda mensal dos benefícios de prestação continuada, exceto alguns benéficos, como o salário-família. Dadas as assertivas abaixo sobre o salário de benefício, assinale a correta.
- I. O salário de benefício consiste para as aposentadorias por idade e por tempo de contribuição, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário, sendo a aplicação do fator facultativa nas aposentadoria por idade e obrigatório nas aposentadorias por tempo de contribuição
- II. Serão considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, mesmo sobre os quais não tenha incidido contribuição previdenciária.
- III. O décimo terceiro salário não inclui o cálculo do salário de benefício.
- IV. O valor do salário-de-benefício não será inferior ao de um salário mínimo
- (A) Está correta apenas as assertivas I e IV
- (B) Está correta apenas as assertivas II e III
- (C) Está correta apenas as assertivas III e IV
- (D) Está correta apenas as assertivas I, III e IV
- (E) Todas as assertivas estão corretas

38. No que refere-se a contribuição dos contribuintes individuais e segurados facultativos, assinale a alternativa correta:

- (A) A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será sempre de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.
- (B) O segurado facultativo que realiza serviços exclusivamente domésticos no âmbito de sua residência, sem fins lucrativos, que possua renda familiar de até dois salários mínimos e inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, poderá contribuir na alíquota de 5%.
- (C) O microempreendedor individual contribuirá na alíquota de 11% sobre o salário de contribuição, tendo direito a todos os benefícios devidos ao contribuinte individual.
- (D) Qualquer contribuinte individual poderá contribuir na alíquota de 11% sobre o valor que declarar.
- (E) O contribuinte individual que tenha contribuído na alíquota de 11% poderá contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição ou da contagem recíproca do tempo de contribuição, sem complementação.

39. No que refere-se as contribuições sociais e prazos para recolhimento das contribuições, assinale a afirmativa correta

- (A) Quando a contribuição previdenciária é paga após o vencimento, não são acrescidos juros moratórios sobre o valor da contribuição devida, somente uma multa a ser estabelecida pelo órgão arrecadador.
- (B) As contribuições dos contribuintes individuais deverão ser recolhidas até o dia 20 do mês seguinte ao da competência.
- (C) A associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional tem o dia 20 do mês seguinte para recolher a contribuição a seu cargo, referente a espetáculos desportivos.
- (D) O empregador doméstico deverá recolher as contribuições a seu cargo, incidente sobre o salário de contribuição do empregado, bem como a contribuição descontada da remuneração do segurado doméstico a seu serviço, até o dia 15 do mês subsequente.
- (E) As empresas deverão efetuar o recolhimento das contribuições a seu cargo até o dia 20 do mês subsequente, prorrogando-se o prazo quando não houver expediente bancário na data referida.

40. Sobre o salário de contribuição, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Entende-se por salário-de-contribuição para o empregado e trabalhador avulso a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês.
- (B) O salário de contribuição do empregado doméstico é a remuneração registrada na sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- (C) O salário de contribuição do contribuinte individual é a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria.
- (D) Não integra o salário de contribuição as diárias percebidas a qualquer título, a "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação e as férias indenizadas.
- (E) Não integra o salário de contribuição a "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação, as importâncias recebidas a título de indenização e as férias indenizadas.

41. Julgue as assertivas com relação ao Salário de benefício:

- I. Salário-de-benefício é o valor básico utilizado para cálculo da renda mensal dos benefícios de prestação continuada, inclusive os regidos por normas especiais, exceto o salário-família, a pensão por morte, o salário-maternidade e os demais benefícios de legislação especial.
 - II. O valor do salário-de-benefício não será inferior ao de um salário mínimo, nem superior ao limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício.
 - III. O fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, sendo aplicado obrigatoriamente nas aposentadorias por tempo de contribuição.
 - IV. O salário-de-benefício do segurado especial consiste no valor equivalente ao salário-mínimo, exceto se contribuir facultativamente para o RGPS.
- (A) Está correta apenas as assertivas I e IV
 - (B) Está correta apenas as assertivas II e III
 - (C) Está correta apenas as assertivas III e IV
 - (D) Está correta apenas as assertivas I, III e IV
 - (E) Todas as assertivas estão corretas

42. Integra a parcela do salário de contribuição:

- (A) Todos benefícios da previdência social.
- (B) Recebidas a título da indenização.
- (C) Recebidas a título de incentivo à demissão.
- (D) Vale - transporte.
- (E) Décimo terceiro salário.

43. O segurado que encontrar-se incapacitado para seu trabalho, fará jus aos benefícios por incapacidade, sendo estes o auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente. Com referencia a estes benefícios, assinale a alternativa incorreta:
- (A) A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida a carência exigida, quando for o caso, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição.
- (B) Não será devido auxílio-doença em nenhuma hipótese ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador de doença ou lesão invocada como causa para requerer o benefício.
- (C) O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia de afastamento de sua atividade.
- (D) O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado empregado, trabalhador avulso e ao segurado especial quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequela definitiva, conforme as situações discriminadas em lei.
- (E) O segurado somente fará jus ao auxílio acidente, nos casos da perda da audição, em qualquer grau, quando além do reconhecimento do nexó entre o trabalho e o agravo, resultar na redução ou perda da capacidade para o trabalho que o segurado habitualmente exercia.
44. A pensão por morte é um benefício previdenciário que será devido ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer. Sobre a pensão por morte, julgue os itens que seguem e assinale a afirmativa correta:
- I. A pensão por morte é devida aos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, desde que este possua qualidade de segurado na data do óbito.
- II. A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente somente produzirá efeito a contar da data da habilitação.
- III. Caso o segurado faleça deixando filhos e pais que comprovem a dependência econômica, a pensão será rateada entre todos.
- IV. A pensão por morte será devida a contar da data do óbito quando requerido até trinta dias depois deste; do requerimento, quando requerida após trinta dias da data do óbito ou da decisão judicial, no caso de morte presumida.
- (A) Está correta apenas as assertivas I e IV
- (B) Está correta apenas as assertivas II e III
- (C) Está correta apenas as assertivas III e IV
- (D) Está correta apenas as assertivas I, III e IV
- (E) Todas as assertivas estão corretas
45. De acordo com a Lei no 8.213/91, em regra, o auxílio-acidente, consistirá numa renda mensal correspondente a:
- (A) 100% do salário-de-benefício, o decorrente de acidente do trabalho.
- (B) 100% do salário-de-benefício, inclusive o decorrente de acidente do trabalho.
- (C) 91%% do salário-de-benefício, exceto o decorrente de acidente do trabalho.
- (D) 50% do salário-de-benefício, exceto o decorrente de acidente do trabalho.
- (E) 50% do salário-de-benefício, inclusive o decorrente de acidente do trabalho.
46. Carolina contribui como segurada contribuinte individual para Previdência Social desde 15 de outubro de 2011. Em 25 de novembro de 2011, descobriu que estava grávida, porém, a gestação de Carolina teve complicações que a levaram a um parto prematuro em 20 de maio de 2011. Analisando a situação apresentada, assinale a alternativa correta:
- (A) Carolina não fará jus ao benefício do salário maternidade, visto que no momento do parto contava com apenas 8 contribuições para a Previdência Social, sendo que a carência para fazer jus ao benefício é de 10 contribuições.
- (B) Caso o filho de Carolina nascesse sem vida, ela faria jus ao benefício pelo período de 15 dias.
- (C) Carolina fará jus ao benefício pelo período de 120 dias, consistindo o benefício em uma renda mensal de um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses.
- (D) O benefício do salário maternidade, em regra, não possui carência para as seguradas empregadas e trabalhadoras avulsas.
- (E) O salário maternidade somente será devido as seguradas após o parto.
47. Sobre o auxílio-reclusão, assinale a alternativa correta:
- (A) A carência para fazer jus ao benefício é de 10 contribuições.
- (B) A renda mensal do benefício é de 100% sobre o salário de benefício.
- (C) A renda mensal será 100% da aposentadoria por invalidez que o segurado teria direito.

- (D) A carência para fazer jus ao benefício é de 12 contribuições.
- (E) O auxílio-reclusão é devido aos segurados em dia com suas contribuições para a Previdência Social.
48. Com referencia a aposentadoria por invalidez, assinale a alternativa correta:
- (A) Para que o segurado faça jus ao benefício, é necessário que encontra-se incapacitado total e temporariamente para suas atividades.
- (B) Caso o aposentado por invalidez necessite de assistência permanente de outra pessoa este terá direito a um acréscimo de 25% sobre o valor da aposentadoria por invalidez, limitado ao teto máximo legal.
- (C) O aposentado por invalidez terá direito a um abono trimestral.
- (D) Caso o aposentado por invalidez necessite de assistência permanente de outra pessoa este terá direito a um acréscimo de 25% sobre o valor da aposentadoria por invalidez, mesmo atingindo o limite máximo legal.
- (E) O aposentado por invalidez que recuperar a capacidade laborativa terá seu benefício cessado de imediato em qualquer hipótese.
49. Aponte a afirmativa correta:
- (A) Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador de doença ou lesão invocada como causa para a concessão do benefício, mesmo que esta venha a se agravar causando a incapacidade do segurado.
- (B) O auxílio-reclusão é devido apenas durante o período em que o segurado estiver recolhido à prisão sob regime fechado ou semiaberto; no caso de fuga do preso ocorre a perda do direito ao recebimento do benefício pelos seus dependentes, que não poderá ser restabelecido se houver recaptura do segurado.
- (C) Para fazer jus à aposentadoria especial o segurado deverá comprovar a efetiva exposição aos agentes nocivos físicos, químicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício, a saber: quinze, vinte ou vinte e cinco anos conforme dispuser a lei.
- (D) Não tem direito a benefício da assistência social aquele que não é filiado ao regime geral previdenciário.
- (E) As contribuições sociais do empregador e da empresa não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica, consoante imposição constitucional.

50. A respeito da aposentadoria por idade, assinale a alternativa correta
- (A) O benefício tem início a partir da data do desligamento do emprego quando requerida até 30 dias depois do afastamento.
- (B) Para fazer jus ao benefício da aposentadoria por idade, a segurada empregada deve contar com 180 contribuições e 60 anos de idade.
- (C) O segurado especial para fazer jus ao benefício deve contar com 180 contribuições para a Previdência e 55 anos de idade.
- (D) A aposentadoria compulsória poderá ser requerida pela empresa, quando o segurado ou segura completar 70 ou 65 anos, respectivamente, independente de carência.
- (E) Para fazer jus ao benefício da aposentadoria por idade é essencial a qualidade de segurado.
51. A aposentadoria por tempo de contribuição é um benefício pago aos segurados do Regime Geral de Previdência Social que atinjam um tempo mínimo de contribuição previsto em lei. A respeito deste benefício é correto afirmar que:
- (A) É devido a todos os segurados da previdência social, com a simples comprovação de contribuição, independente da alíquota do salário de contribuição.
- (B) Para requer o benefício, o segurado empregado deve se afastar do seu trabalho e requerer a aposentadoria em até 90 dias após o afastamento, percebendo o benefício desde a data do afastamento.
- (C) A renda mensal do benefício será 100% do salário de benefício, aplicando-se facultativamente o fator previdenciário.
- (D) A professora tem direito a aposentadoria quando completar 25 anos somente em sala de aula.
- (E) O segurado especial somente terá direito a aposentadoria por tempo de contribuição se, além da contribuição obrigatória, contribuir facultativamente na alíquota de 20% sobre o salário de contribuição, conforme disposto em lei.
52. Aponte a afirmativa correta com relação a aposentadoria especial :
- (A) O tempo de trabalho exercido em condições especiais não poderá ser somado ao tempo de trabalho exercido em atividade comum.
- (B) Para fazer jus a aposentadoria especial, o segurado deve comprovar que trabalhou em condições especiais que prejudiquem sua saúde ou integridade física, de modo não ocasional nem intermitente, por 15, 20 ou 25 anos.
- (C) A renda mensal da aposentadoria especial será de 91% do salário de benefício.

(D) O direito a aposentadoria especial ficará prejudicado na hipótese de exercício de atividade comum especial concomitantemente.

(E) Não será considerado período de trabalho sob condições especiais o período de férias.

53. Com relação ao salário família, julgue as assertivas:

I. O salário família é devido aos segurados considerados de baixa renda, com filhos de até 14 anos ou inválido em qualquer idade, mensalmente na proporção do respectivo número de dependentes.

II. O salário família é devido apenas aos segurados empregados e trabalhadores avulsos na ativa.

III. As cotas do salário família não serão incorporados ao salário de contribuição.

IV. Ocorrendo o divórcio dos pais, a cota do salário família passará a ser pago diretamente àquele cujo cargo ficar o sustento do menor, visto que o benefício tem a finalidade de custear a manutenção dos filhos.

(A) Está correta apenas as assertivas I e IV

(B) Está correta apenas as assertivas II e III

(C) Está correta apenas as assertivas III e IV

(D) Está correta apenas as assertivas I, III e IV

(E) Todas as assertivas estão corretas

54. Aponte a afirmativa correta com relação ao auxílio doença:

(A) Este é um benefício devido ao segurado que ficar incapacitado para seu labor por mais de 15 dias consecutivos, cumprida a carência quando exigida.

(B) A renda mensal do benefício é de 50% do salário de benefício.

(C) Não é pressuposto para a concessão do benefício ter qualidade de segurado.

(D) O segurado que perceba o auxílio-doença não está obrigado a submeter-se a processo de reabilitação profissional.

(E) A carência exigida para fazer jus ao benefício é de 12 contribuições.

55. Em relação ao auxílio-acidente é correto afirmar:

(A) O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

(B) O auxílio-acidente poderá se acumular com qualquer aposentadoria.

(C) O recebimento de salário ou concessão de qualquer outro benefício, não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.

(D) Caso segurado esteja em gozo do benefício e, em decorrência de outro acidente faça jus a novo benefício, poderá acumular ambos.

(E) O auxílio-acidente exige o cumprimento do período de carência correspondente a 12 contribuições mensais.

56. Com relação ao salário família, assinale a correta

(A) Uma segurada empregada doméstica que perceba um salário mínimo mensal fará jus ao benefício.

(B) O pagamento do benefício aos segurados empregados ficará a cargo da empresa, que poderá deduzir os valores pagos quando do recolhimento das contribuições devidas sobre a folha de salário.

(C) As cotas do salário família devido aos trabalhadores avulsos serão pagos diretamente pelo INSS.

(D) O pagamento do salário-família será devido a partir da data da apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado, estando condicionado à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória ou comprovação anual de frequência à escola do filho ou equiparado.

(E) O salário família é devido somente ao servidor inativo, por dependente econômico.

57. A proteção à maternidade é previsto na Constituição Brasileira e diversos ramos do direito. Considerando o ordenamento jurídico previdenciário atualmente em vigor em nosso país, é correto afirmar que:

(A) Nas hipóteses de parto, mesmo quando antecipado, o salário-maternidade é devido à segurada da previdência social pelo prazo de cento e vinte dias, fazendo ela jus, no caso de empregos concomitantes, ao salário-maternidade relativo a cada emprego, sendo que, em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados em mais duas semanas, mediante atestado médico específico, com o recebimento do valor integral, quando então o benefício é transformado em auxílio-doença.

(B) Na concessão do salário-maternidade independe de carência, excetuando-se as seguradas contribuinte individual, especial e facultativa, que são obrigadas a cumprir o período de carência de dez contribuições mensais, prazo esse que, em caso de parto antecipado, será reduzido em número de contribuições equivalente ao número de meses em que o parto foi antecipado.

- (C) O pagamento do salário-maternidade é realizado diretamente pela empresa à segurada, pelo período de 120 dias, a contar do seu afastamento do trabalho, que poderá ocorrer no período compreendido entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, sendo devido também nos casos de aborto não criminoso, devidamente comprovado por meio de atestado médico, pelo mesmo período.
- (D) Sobre o valor mensal da renda da segurada não haverá desconto previdenciário.
- (E) A adotante não fará jus ao benefício nos casos em que a mãe biológica tenha percebido o benefício.

58. Analise as assertivas abaixo com relação a aposentadoria por tempo de contribuição e, depois, assinale a alternativa correta:

- I. A prova exclusivamente testemunhal é suficiente para a comprovação de atividade rural, visando a obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição.
- II. O cálculo da renda mensal do benefício da aposentadoria por tempo de contribuição incidirá obrigatoriamente o fator previdenciário.
- III. O segurado especial não fará jus ao benefício citado acima, exceto se contribuir facultativamente.
- IV. Um servidor municipal vinculado a regime próprio de previdência social que, posteriormente venha trabalhar exclusivamente na iniciativa privada, vinculando-se ao Regime Geral de Previdência Social, poderá contar o tempo de serviço prestado em outro regime, desde que haja a devida comprovação, certificada pelo ente público instituidor do regime próprio.
- (A) Está correta apenas as assertivas I e II
- (B) Está correta apenas as assertivas II e III
- (C) Está correta apenas as assertivas I, III e IV
- (D) Está correta apenas as assertivas II, III e IV
- (E) Todas as assertivas estão corretas

59. Analise as assertivas abaixo com relação à aposentadoria por idade e, depois, assinale a alternativa correta

- I. A perda da condição de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por idade, desde que a pessoa conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício.
- II. Para a concessão de aposentadoria por idade, o tempo em gozo de auxílio-doença não será computado em nenhuma hipótese, mas o tempo em gozo de aposentadoria por invalidez somente pode ser computado se intercalado com atividade.

III. A carência do benefício é de 180 contribuições, devendo o segurado especial comprovar o mesmo período de atividade.

IV. Para todos os segurados, idade mínima exigida para o benefício é de 60 anos se mulher, e 65 anos se homem.

- (A) Está correta apenas as assertivas I e III
- (B) Está correta apenas as assertivas II e III
- (C) Está correta apenas as assertivas I e II
- (D) Está correta apenas as assertivas I, III e IV
- (E) Todas as assertivas estão corretas

60. Orlando era segurado da previdência quando sofreu um infarto e veio a falecer. Orlando era casado com Mariane e tinha dois filhos menores de 18 anos: Susana e Luiz. Além de sustentar sua família, Orlando sustentava sua mãe, Angelina. Nesta situação, é correto afirmar que:

- (A) Mariane, Susana, Luiz e Angelina concorrerão em igualdade a pensão por morte, visto que todos dependiam economicamente de Orlando, sendo esta rateada entre todos.
- (B) Somente Mariane, que é cônjuge de Orlando, fará jus a pensão por morte.
- (C) Mariane, Susana e Luiz terão direito a pensão por morte, ficando 50% para o cônjuge e os outros 50% divididos entre os filhos.
- (D) Mariane, Susana e Luiz terão direito a pensão por morte, sendo esta rateada igualmente entre todos.
- (E) Caso Mariane contraia novas núpcias, perderá o direito a pensão por morte.

GABARITO

| | | | | | |
|---------|---------|---------|---------|---------------|---------------|
| 001 - D | 011 - C | 021 - B | 031 - A | 041 - E | 051 - E |
| 002 - A | 012 - B | 022 - A | 032 - A | 042 - E | 052 - B |
| 003 - C | 013 - A | 023 - D | 033 - C | 043 - B | 053 - C * |
| 004 - E | 014 - B | 024 - C | 034 - D | 044 - Anulada | 054 - A |
| 005 - D | 015 - C | 025 - D | 035 - B | 045 - E | 055 - A |
| 006 - D | 016 - A | 026 - D | 036 - B | 046 - Anulada | 056 - B |
| 007 - C | 017 - A | 027 - D | 037 - D | 047 - C | 057 - Anulada |
| 008 - D | 018 - B | 028 - B | 038 - B | 048 - D | 058 - D |
| 009 - D | 019 - B | 029 - B | 039 - D | 049 - C | 059 - A |
| 010 - A | 020 - A | 030 - D | 040 - D | 050 - B | 060 - D |

REFERÊNCIAS:

<https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes>
<http://rotadosconcursos.com.br/questoes-de-concursos/legislacao-decretos-decreto-no-3-048-1999-aprova-o-regulamento-da-previdencia-social-e-da-outras-providencias>